

# Workshop

## Cooperação internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém



**17 de outubro de 2023,**  
sede da OTCA, Brasília-DF





# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>ABERTURA E CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	<b>3</b>
<b>PAINEL 1</b> Cúpula da Amazônia: compromissos acordados e estratégias de implementação .....	<b>5</b>
<b>PAINEL 2</b> Implementando a Declaração de Belém: boas práticas de prevenção e enfrentamento a atividades nocivas ao meio ambiente na Bacia Amazônica .....	<b>16</b>
<b>PAINEL 3</b> Cooperação entre países amazônicos e parceiros internacionais: oportunidades e desafios para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica .....	<b>23</b>
<b>PAINEL 4</b> Cooperação internacional pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia: o papel da bioeconomia e da ciência e tecnologia .....	<b>33</b>
<b>ENCERRAMENTO E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
<b>LISTA DE PARTICIPANTES</b> .....	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

Promovido pela Plataforma CIPÓ e pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no dia 17 de outubro de 2023, em Brasília, o workshop “Cooperação internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém” foi o primeiro a reunir representantes dos países-membros da OTCA (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), organizações da sociedade civil, da academia e do setor privado para discutir estratégias de implementação dos compromissos acordados durante a IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, a chamada “Cúpula da Amazônia”, realizada em agosto de 2023 em Belém do Pará.

Naquela ocasião, os oito países assinaram a Declaração de Belém, que consolida uma agenda comum para a promoção do desenvolvimento sustentável da região e propõe medidas para evitar o ponto de não retorno na Amazônia. Exemplos são uma Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, um Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia e uma “Coalizão Verde” liderada pelos bancos de desenvolvimento da região.

Além dos países-membros da OTCA, estiveram presentes no workshop autoridades da União Europeia, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e das outras duas maiores bacias hidrográficas do mundo, localizadas na República do Congo e na Indonésia. As discussões começaram pela manhã e se estenderam até o final da tarde, com tradução simultânea para o inglês e o espanhol.

O encontro contou com a presença de embaixadores e diplomatas, de representantes da sociedade civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência (SRI) e dos ministérios dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Fazenda e das Relações Exteriores. Este relatório resume as principais ideias e recomendações discutidas durante o evento.



<sup>1</sup> Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (2023). Leia a íntegra da Declaração Presidencial da Cúpula da Amazônia. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica>.

<sup>2</sup> O conteúdo das exposições não necessariamente reflete o posicionamento das instituições organizadoras do workshop. A tradução livre e o resumo das principais ideias abordadas pelos palestrantes foram conduzidos pela Plataforma CIPÓ de maneira independente.



## **ABERTURA E CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

### **Maiara Folly, Diretora-executiva da Plataforma CIPÓ**

Maiara Folly abriu o workshop agradecendo a OTCA e sua equipe pela parceria na organização do evento. Ela destacou ser uma honra compartilhar a mesa com a Secretária-Geral da OTCA e com Ceíça Pitaguary, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério de Povos Indígenas (MPI), e reforçou que o convite ao MPI não foi por acaso. “Em 1978, quando o Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado, já havia uma menção à importância da proteção das culturas indígenas”, lembrou.

“Mais de quatro décadas depois, na Declaração de Belém, a gente não tem apenas uma, mas 66 menções aos povos indígenas. Eu acredito que isso demonstra não só o reconhecimento da importância do respeito aos direitos dos povos indígenas, na perspectiva de respeito a princípios básicos da nossa democracia, mas, sobretudo, a centralidade que os povos indígenas e as comunidades locais tradicionais possuem na preservação, na conservação do bioma amazônico e dos seus recursos naturais”, afirmou. “A Declaração de Belém deixa muito claro que não há solução para os problemas da região sem os povos indígenas”.

Folly enfatizou ainda a importância da realização, na sede da OTCA, de um debate dedicado a discutir a Cúpula da Amazônia e refletir sobre os compromissos acordados a partir das perspectivas dos países-membros, com o objetivo de olhar para o futuro: “como a gente pode fazer para materializar a Declaração de Belém”.

### **María Alexandra Moreira López, Secretária-Geral da OTCA**

María Alexandra Moreira López também reforçou a importância do evento. “Inicialmente, tínhamos a intenção de realizar esse espaço antes da Cúpula, mas refletimos internamente e decidimos que seria mais oportuno ter os resultados da Declaração de Belém para debater, refletir e discutir como colaborar na gestão da região amazônica”.

Argumentou que o debate é importante especialmente por destacar os temas fundamentais da Cúpula de Belém, como a necessidade de maior participação dos povos indígenas na gestão pública, a importância da sociedade civil e o papel crucial da ciência.

De acordo com a Secretária-Geral da OTCA, a reunião é uma pequena amostra da diversidade de atores na região amazônica, incluindo governos, cooperação internacional, representantes da sociedade civil, cientistas e o setor privado. “Destaco a importância da Declaração de Belém para renovar o compromisso com uma visão holística da Amazônia na gestão pública”, frisou.

“Apesar de ser uma declaração extensa, com 108 compromissos operacionais, representa mais de 20 anos de cooperação entre os oito países amazônicos. Esses compromissos não são apenas regionais; têm implicações nas agendas nacionais, influenciando as prioridades bilaterais e os territórios amazônicos”, comentou.



Ela também destacou a urgência de integrar os territórios amazônicos às realidades nacionais, superando a visão periférica do passado. "Agradeço a todos pela participação e destaco a importância da implementação imediata da Declaração. Aguardamos a reunião de chanceleres em 23 de novembro para definir as prioridades. Sejam todos bem-vindos. Obrigada por sua presença e por todos os esforços em prol da região amazônica. Encerro desejando sucesso nas próximas etapas deste importante processo".

### **Ceiza Pitaguary, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas**

Representando a Ministra Sônia Guajajara, Ceiza Pitaguary lembrou que a Carta de Belém, construída meses atrás, traz novamente a necessidade de que nossos governos unam esforços para implementar uma nova agenda de cooperação para a Amazônia. Isso é imprescindível a fim de evitar o avanço das atividades ilegais e da exploração predatória da floresta, que pode nos levar a um ponto de não retorno.

"O protagonismo indígena em espaços de diálogo como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o convite feito ao Ministério dos Povos Indígenas, na figura da nossa Ministra, para essa mesa de abertura, são uma clara demonstração do reconhecimento do papel e da observação dos princípios estabelecidos em Belém, como participação ativa, o respeito e a promoção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, em especial as mais vulneráveis", destacou.

Pitaguary reforçou que o Ministério dos Povos Indígenas do governo brasileiro é voltado não apenas para a garantia dos direitos dos povos da floresta ao bem viver e em seus territórios, mas em especial para a inserção dos povos amazônicos, sobretudo os indígenas, no delineamento dessas políticas públicas. "Assim, é extremamente gratificante trazer o Ministério dos Povos Indígenas como representação das instituições brasileiras na mesa de abertura deste workshop".





## **PAINEL 1 - Cúpula da Amazônia: compromissos acordados e estratégias de implementação**

### **Ministro João Marcelo Galvão de Queiroz, Diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores do Brasil**

O Ministro iniciou sua apresentação discorrendo sobre o processo de construção da Declaração de Belém. Segundo ele, não se pensou, a princípio, em metas, porque “nós sabemos da complexidade dos temas que envolvem a Amazônia”. “Não basta a gente chegar a um determinado resultado se esse resultado não tiver uma sustentabilidade, ou se não atender a uma preocupação de longo prazo”, explicou.

Queiroz relatou que o Brasil procurou retratar e refletir compromissos regionais nas mais diversas áreas. O fato de o Brasil – não só o governo, mas o Brasil – “estar de volta no panorama internacional” foi ressaltado por ele e por outras pessoas que o sucederam ao longo dos debates. “Está de volta, sobretudo, no cenário específico, no cenário amazônico, no cenário regional, depois de um período que, como todos sabem, acabou sendo marcado por uma série de caracterizações negativas para a atuação brasileira, como o incremento do desmatamento, o aumento das atividades criminais na região, a piora dos índices de desenvolvimento humano, inclusive a crise sanitária que acabou afetando o povo Yanomami”, afirmou.

De acordo com Queiroz, o cenário exigia um compromisso, uma sinalização do governo brasileiro de retorno, de presença, de atuação na região e, em segundo lugar, a necessidade de voltar a elevar o perfil político da OTCA. “Nesse período, em que desavenças e diferentes perspectivas entre os Estados-membros acabaram inviabilizando o tratamento de questões no âmbito político, o que acabou prevalecendo foi um tratamento técnico, por intermédio dos embaixadores que estão aqui presentes. Foi um período em que não tivemos, por exemplo, reuniões de chanceleres da OTCA. Não tivemos reuniões de altos funcionários da OTCA, no nível do Conselho de Cooperação Amazônica. Então, na visão do Brasil, era necessário também recuperar essa vertente política da organização. E foi exatamente por isso que o Presidente Lula, antes mesmo de tomar posse, já sinalizou em Sharm el Sheikh (na COP27, no Egito), a decisão de convocar uma reunião de chefes de Estado, dos países-membros da OTCA”, pontuou.

Para o Ministro, foi um exercício gratificante todo o processo de negociação que culminou com a realização da Cúpula de Belém. “Todos os países, basicamente, demonstraram que havia uma comunidade de propósitos. Todos nós que nos envolvemos na negociação da Declaração de Belém não encontramos maior dificuldade de chegar a esses consensos. As dificuldades se insurgiram uma ou outra vez, talvez por uma questão de ênfase no tratamento de um ou outro tema, ou por uma diferença conceitual, quiçá não contemplada na legislação de um ou outro país, mas havia um ânimo compartilhado por todos os Estados-membros no sentido de ter uma declaração que fosse operativa e que fosse abrangente”, declarou. “Então, chegamos finalmente a esse documento com um pouco mais de cento e trinta parágrafos que, se em algum momento suscitou preocupações com relação a sua extensão, por outro lado foi muito positivo ao ver que todo mundo, no final, sentiu suas preocupações refletidas no documento”.



Na sequência, Queiroz destacou os compromissos que necessitam de internalização no âmbito do OTCA: "A matéria prioritária é traduzir esse grande ganho, que é a questão da participação social. Eu acho que esse é o diferencial da Declaração de Belém. Ela abre esse campo de uma maneira muito sólida e, digamos, abrangente, porque fala não apenas de povos indígenas, que eu acho que é um dos principais ganhos, mas também cidades amazônicas, a criação do Foro de Cidades Amazônicas, a questão do painel intergovernamental técnico científico, que traz também os cientistas, o mundo científico, para dentro da organização, e a possibilidade de internalizar também o Parlamento Amazônico dentro da OTCA".

O Ministro reforçou ainda as ideias do Observatório Regional Amazônico (ORA) para também contemplar mulheres rurais, defensores de direitos humanos e defensores do meio ambiente. "É um aspecto imediato e talvez o mais prioritário que nós identificamos: reverter esse déficit de participação social".

Outra questão colocada por ele foi a criação de um mecanismo financeiro próprio da OTCA, que permita que a Organização tenha algum grau de liberdade e autonomia para impulsionar projetos do seu interesse. Além de recursos financeiros, pautou também os recursos humanos: "É um tema que a gente está tratando com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, em Brasília, em nível brasileiro, para depois apresentar uma proposta aos demais membros. E também reforçar a secretaria permanente no que se refere a recursos humanos. A secretaria hoje tem um contingente de pessoal limitado e que será necessário reforçar, de maneira a implementar e dar capacidade de liderar processos previstos na Declaração de Belém".

Os presidentes também julgaram conveniente que se crie uma instância de nível presidencial no âmbito da OTCA, para dar esse direcionamento estratégico. "Essa mudança vai exigir uma alteração do próprio tratado. Daí a necessidade de que um grupo de trabalho seja constituído para negociar um protocolo adicional de emenda. Hoje, a previsão é de que os Ministérios das Relações Exteriores se reúnam uma vez ao ano", explicou.

Uma terceira ordem de prioridade – juntamente com participação social e recursos – seriam os temas de resultado mais fácil e imediato. "Eu menciono, por exemplo, a retomada das comissões especiais [da OTCA]". O Ministro finalizou contando que a expectativa é de que todas essas prioridades identificadas se transformem em resoluções a serem negociadas com os demais Estados-membros, e apresentadas pelo governo brasileiro.

### **Embaixador Carlos Alberto Velástegui, Embaixada da República do Equador no Brasil**

O Embaixador Carlos Alberto Velástegui enfatizou que a Declaração de Belém é muito ambiciosa, uma expressão da vontade política de nossos presidentes. "Este esforço regional inédito abrange integralmente a cooperação comum e estabelece objetivos específicos para o desenvolvimento sustentável, a conservação, o uso sustentável da biodiversidade e o combate ao desmatamento e a atividades ilícitas", afirmou. "Isso implica em uma forte colaboração entre os Estados, articulando-se de maneira eficaz. A vontade política expressa pelos presidentes deve permear todos os espaços em que manifestamos nossas posições nacionalmente, construindo políticas nacionais robustas para contribuir significativamente à convergência regional".



Para o Embaixador, a Amazônia adquire uma nova dimensão no cenário internacional. “A Declaração não apenas exige a troca de informações entre os países, mas também pede a construção de posições comuns e ações articuladas para representarmos uma voz comum nos fóruns internacionais e na comunidade global. Esta é uma renovação da visão amazônica e regional. Construir essa voz requer a implementação da vontade política expressa, trabalhando nacionalmente com responsabilidade e contribuindo para a convergência regional através da Secretaria [Permanente da OTCA]”.

Ainda de acordo com ele, a Declaração destaca um novo compromisso multilateral para criar um instrumento juridicamente vinculante de combate à poluição por plásticos, somando-se a outros instrumentos já existentes em mudanças climáticas e biodiversidade. “Esta chamada dos presidentes dos países amazônicos não só afeta a região, mas também chama outros países a se unirem a essa visão mais ampla”.

O Embaixador disse considerar a Declaração de Belém um marco na visão política presidencial, e a pedra angular para sua implementação seria a reunião de chanceleres. “Este é um esforço hercúleo, com 113 parágrafos resolutivos e 28 declarativos”, disse. “Para o Equador, muitos desses processos precisarão ser desenvolvidos por meio de grupos de trabalho, dado o amplo espectro de fóruns, mecanismos, programas, painéis, redes e alianças propostos pela Declaração”.

Velástegui destacou também a importância de fortalecer a OTCA, começando pela institucionalização da reunião de presidentes em 2025. “Isso coincide com a COP em Belém, que proporcionará uma oportunidade para a OTCA ter uma voz mais forte. Além disso, enfrentamos o desafio de concluir a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica”.

Além disso, ele destacou que é preciso fortalecer as comissões especiais e, principalmente, as comissões nacionais permanentes de cada país. No caso do Equador, a Comissão Equatoriana Permanente de Cooperação Amazônica (CEPCA) precisaria ser revisada e reformulada para se alinhar à essa nova visão. “Destaco a importância do estabelecimento do Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas, enfatizando o diálogo com esses grupos para gerenciar e coordenar questões relacionadas a eles, como estipulado na Declaração”, acrescentou.

Ademais, classificou como essencial a luta contra o crime organizado transnacional na região. Frisou que o parágrafo 61 [da Declaração] destaca a cooperação para prevenção, repressão e investigação de atividades ilegais, incluindo crimes ambientais. “Destacamos a conexão entre esses crimes, como tráfico de armas e de produtos químicos, mineração ilegal e outros delitos ambientais”.

Finalmente, o Embaixador lembrou que a questão do financiamento é crucial para a implementação dessas iniciativas. “A Declaração propõe a atenção à cooperação Sul-Sul, a criação de um mecanismo financeiro e a busca de mecanismos inovadores. Destacamos a importância de parcerias como a Coalizão Verde e bancos regionais, explorando abordagens inovadoras, como os swaps de dívida por natureza”.

Em resumo, destacou o caráter inclusivo do processo, que envolve Estado, sociedade civil, povos indígenas, setor privado e atores internacionais. “Precisamos mapear e esclarecer



esquemas pragmáticos por meio do trabalho de vários grupos, para cumprir os compromissos assumidos pelos presidentes”.

### **Embaixador Rómulo Acurio, Embaixada da República do Peru no Brasil**

O Embaixador Rómulo Acurio lembrou que o Peru tem uma identidade fortemente amazônica. É o segundo país com a maior extensão amazônica, depois do Brasil, e possui o maior número de povos indígenas, depois do Brasil e da Colômbia. “As nascentes do Rio Amazonas estão no Peru e, por isso, nos entristecem e impactam profundamente as imagens do Rio Solimões nesta seca extraordinária que está ocorrendo neste momento, sendo absolutamente comovente e paralisador para nós”.

O Embaixador também afirmou que a Cúpula de Belém foi um momento crucial para o Peru, por vários motivos. Primeiro, porque permitiu uma atualização dos temas mais preocupantes no momento, com consultas à sociedade civil e a autoridades locais em todos os países. “O resultado dessa atualização é uma perspectiva mais social e humana dos desafios de governar e desenvolver a Amazônia”, destacou. Em segundo lugar, lembrou que houve um relançamento da vontade política de nossos países em níveis mais altos, em “um novo senso de urgência que não existia há muitos anos”. Em terceiro lugar, expôs que o processo até Belém provocou um debate sobre o significado da cooperação amazônica no futuro.

“Queremos que a cooperação amazônica estabeleça uma instância de convergência e projeção global de nossos oito países para o mundo. Queremos que a OTCA se transforme em uma agência executora muito maior e mais abrangente. Alternativamente, queremos que a OTCA se torne uma entidade de maior articulação das consultas sociais essenciais para governar a Amazônia. Queremos que a OTCA se fortaleça como uma entidade científica e técnica consultiva para promover boas práticas em políticas públicas na Amazônia”, afirmou.

Segundo o Embaixador, a Declaração de Belém contém elementos que indicam um desejo de avançar no estabelecimento de metas comuns de enfrentamento ao desmatamento até 2030”, mencionou. “Além disso, indica [o desejo] de desenvolver ações diplomáticas coordenadas dos países amazônicos em fóruns internacionais, a realização de ações conjuntas de promoção da cultura amazônica e o fortalecimento da capacidade executora da OTCA”.

A declaração também implica, de acordo com ele, desafios organizacionais, financeiros e multilaterais. “Há a necessidade de fortalecer a OTCA, lidar com a sucessão da diretoria, enfrentar desafios financeiros decorrentes de novas ambições e buscar formas de transformar o enorme capital reputacional da Amazônia em uma alavanca de financiamento global”, disse. O desafio multilateral inclui aprender a falar em comum nos fóruns internacionais, aumentar a agilidade na tomada de decisões dentro da organização e desenvolver uma verdadeira alternância de lideranças entre os países.

“Em última análise, o desafio transformador é como fazer com que a OTCA contribua para uma governança eficaz e nova da Amazônia, com participação social”, comentou o Embaixador. “Isso envolve estabelecer uma ligação estruturada e sustentável entre o diagnóstico científico e social e as estratégias nacionais, melhorar os esquemas de tomada de decisão em cada governo e divulgar as melhores práticas em vários campos. A questão central que Belém coloca é como governar eficientemente na Amazônia, local e



nacionalmente, com participação social, uma pergunta que ainda não foi respondida, mas que marca o início de um novo período de ambição e coordenação”, destacou.

### **Embaixadora Angeladebie Ramkisoen, Embaixada da República do Suriname no Brasil**

A Embaixadora destacou que a assinatura da Declaração de Belém em agosto de 2023 foi um momento histórico. “Essa declaração reitera a agenda estratégica coletiva que todos nós temos para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Estamos cientes do estado do meio ambiente das florestas tropicais, que é uma das questões mais urgentes e que exigem mais atenção”. Com a Declaração, de acordo com a Embaixadora, todos os membros, incluindo o Suriname, fazem parte do grupo de países que se comprometeram a proteger e desenvolver sustentavelmente a região amazônica.

Ramkisoen lembrou do que declarou o presidente da República do Suriname, Chandrika Paat Santo, durante a Abertura do Debate Geral da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. “Meu governo está comprometido com um país marcado por uma enorme diversidade biológica e um baixo nível de desmatamento. E, juntamente com os outros sete países, comprometemo-nos a melhorar a gestão da região amazônica e a cumprir, nesse sentido, a Declaração”.

A Embaixadora relatou ainda que o Suriname elaborou um roteiro para impulsionar uma transformação sensível ao clima no território nacional, promovendo uma economia verde e circular, em que as atividades econômicas coexistem dentro da floresta e a valorizam por meio de mecanismos inovadores de investimento. “Precisamos fortalecer nossa cooperação, mobilizar assistência internacional, tanto financeira quanto técnica, para promover uma agenda eficaz e direcionada de combate às mudanças climáticas na região”, defendeu. “Levando isso em consideração, o Suriname expressou sua disposição de contribuir para o estabelecimento de um grupo de trabalho para avaliar os mecanismos financeiros destinados à cooperação amazônica”.

O Suriname sugere que a arquitetura financeira internacional seja revisada e alterada para facilitar efetivamente a mitigação, a adaptação, e perdas e danos, com procedimentos de implementação e avaliação simplificados, e a priorização do financiamento direto de projetos. “Devemos explorar possibilidades de mecanismos financeiros para apoiar todas as propostas em colaboração com as comunidades locais e considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme mencionado no parágrafo 43 da Declaração”, disse. “O Suriname reconhece que a perda de superfícies de ecossistemas não é apenas uma questão ambiental, mas uma questão econômica e social, pois afeta não apenas o meio ambiente, mas também a economia e o bem-estar individual, [como resultado de] destruição de habitats, desmatamento, mineração e degradação florestal, sem esquecer a poluição e as ameaças aos serviços ecossistêmicos”.

Na avaliação da Embaixadora, uma melhor compreensão dos motores dessas limitações ambientais pode ser alcançada por meio da cooperação regional entre os parceiros da OCTA, com o aumento da troca de tecnologia e cooperação, pesquisa, experiência, e governança. “Portanto, estamos abertos a discutir juntos sobre a criação de um Painel Científico Técnico Intergovernamental”, o chamado “IPCC da Amazônia”.



Por fim, ela reiterou a importância da negociação para a atualização da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica. A última foi elaborada em 2018. “Com a Declaração de Belém do Pará, temos o corpo e o cérebro. Precisamos agora das mãos e dos pés para seguir em frente”.

### **Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios Horacio Villegas Pardo, Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia no Brasil**

Segundo o Ministro, para contextualizar o processo que levou à Declaração de Belém é crucial entender os sucessos da gestão boliviana na OTCA nos últimos anos. “Diversos projetos foram realizados, como o projeto regional para gestão, monitoramento e controle de espécies ameaçadas da fauna e flora; o programa de biodiversidade na América Latina a partir de análises científicas e dos serviços ecossistêmicos da Amazônia; a Plataforma de Povos Indígenas da Amazônia, que promove o intercâmbio de conhecimento e experiências de tais povos; o projeto Amazonas na área de recursos hídricos; a cooperação entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a OTCA; o desenvolvimento da Plataforma Regional hidrológica; o Plano Regional sobre água potável, saneamento básico e gestão de resíduos sólidos; o Observatório Regional Amazônico, que permite o intercâmbio de informação entre instituições, entre outros [...] Essas iniciativas fortaleceram a institucionalidade da OTCA, permitindo ampliar o conhecimento científico sobre a Amazônia refletido na Declaração de Belém”, contou.

A Bolívia, durante sua presidência, contribuiu com propostas significativas na Declaração de Belém. Sobre a continuidade deste processo, Pardo destacou três pontos: a convocação de reunião de chanceleres para negociar o Protocolo Adicional ao Tratado de Cooperação Amazônica e estabelecimento da reunião de presidentes dos Estados-membros como instância para tomada de decisão e adoção de prioridades políticas estratégicas no marco da OTCA; a proposta de realização de um encontro regional de povos indígenas dos países membros da OTCA para dar início ao estabelecimento do mecanismo amazônico de povos indígenas; e o estabelecimento de um grupo de trabalho para avançar na criação de um mecanismo financeiro para captação de recursos orientado à cooperação amazônica no marco da OTCA.

“A Declaração abrange diversas temáticas, como meio ambiente, florestas, mudanças climáticas, saúde, educação, proteção social e biodiversidade. Na Bolívia, estamos elaborando uma ‘hoja de ruta’ interinstitucional para definir ações prioritárias, identificar execuções em andamento e gerenciar financiamento”. Pardo disse acreditar que temos um trabalho importante pela frente, e que workshops como este são essenciais para avançarmos na concretização de tais objetivos.

### **Ministro Conselheiro Ricardo Alfredo Montenegro Coral, Embaixada da República da Colômbia no Brasil**

O Ministro comentou sobre o processo de construção da Declaração de Belém. “Este processo não apenas se originou de um excelente documento apresentado pelo Brasil, de natureza política, como é comum nesses casos, mas também incorporou resultados de diversos fóruns e reuniões realizados por nossos países, envolvendo autoridades, comunidades locais, comunidades indígenas, especialistas, cientistas, acadêmicos, entre outros”, contou. “É digno de nota o processo que teve início com os Diálogos Amazônicos convocados pelo Itamaraty, seguido pelo Fórum Técnico Científico em Letícia e concluído



em Belém antes da Cúpula. Isso enriqueceu significativamente o diálogo diplomático em nossas deliberações”, opinou.

Algo notável, na avaliação do Ministro, é a inclusão do elemento de participação ampla e coordenação abrangente entre diferentes setores e níveis. Com essa referência inicial, ele compartilhou algumas ideias baseadas nas expectativas e contribuições da Colômbia.

O primeiro ponto crucial seria compreender Belém como um novo ponto de partida, partindo do conceito amplamente compartilhado por todos os oito países, que é evitar que a Amazônia atinja o ponto de não retorno. “Para alcançar isso, o foco não pode ser exclusivamente ambiental. Certamente, a luta contra o desmatamento, incêndios florestais, perda de biodiversidade, crimes ambientais, entre outros, são tarefas importantes que devem ser mantidas e fortalecidas”, defendeu. “No entanto, a ação regional agora está concentrada em uma visão mais abrangente, conforme a própria Declaração de Belém chamou de ‘dar prioridade ao rosto humano da Amazônia’. Isso implica que, além de manter os esforços em questões eminentemente ambientais, devemos simultaneamente combater a pobreza e as desigualdades na região amazônica, com foco nas comunidades indígenas e locais que habitam a Amazônia, sempre sob uma visão de desenvolvimento sustentável, harmônico, integral e inclusivo”, completou.

Ainda de acordo com o Ministro, Belém nos permitiu compreender também a necessidade de levar o termo “cooperação” além da retórica, transformando-o em ações concretas. Isso implicaria em revitalizar e atualizar o sentido do Tratado de Cooperação Amazônica para os novos desafios, projetando a necessidade de uma nova agenda comum de cooperação amazônica e uma institucionalidade fortalecida da OTCA.

“Talvez uma das tarefas mais imediatas, atribuídas pelos nossos presidentes, seja a urgência de acordar metas comuns até 2030 em questões como desmatamento, interrupção e erradicação de atividades de extração ilegal de recursos naturais, transição para modelos sustentáveis, e promoção do desmatamento zero até 2030, conforme já comprometido pela Colômbia”, comentou. Nesse período, a COP30 é um marco importante.

Além disso, segundo ele, Belém destacou a necessidade de mecanismos de participação social, especialmente das comunidades indígenas e locais, nas decisões que as afetam. Nesse novo cenário de cooperação entre os países da bacia amazônica, a Colômbia vê a necessidade de avançar, entre outras ações, na seguinte direção: reconhecer que, se não agirmos a tempo, a ameaça gerada pelas mudanças climáticas representaria uma ameaça real à existência humana. Isso significa, nas palavras do presidente Petro na Cúpula Amazônica, uma ameaça real de extinção da vida.

“Belém nos fez compreender que a implementação de uma declaração tão ambiciosa é uma tarefa que nenhum país pode realizar isoladamente. Precisamos integrar esforços. Nosso propósito é avançar rapidamente em ações preventivas para conter atividades extrativistas desenfreadas, como mineração ilegal ou desmatamento para expansão da fronteira agrícola”, adiantou. “Além disso, pretendemos adotar ações de mitigação para corrigir os danos já causados às nossas florestas e suas fontes hídricas, ao bioma como um todo. O desafio que a Colômbia se impôs é alcançar o ano de 2030 cumprindo metas claras: zero desmatamento, zero mineração ilegal e zero expansão da fronteira extrativista”.

O Ministro disse reconhecer que a dependência de combustíveis fósseis acelera a vulnerabilidade e os efeitos das mudanças climáticas. Ademais, ressaltou que “o presidente



Petro liderou o apelo para entender que enfrentar as mudanças climáticas requer recursos novos por meio de mecanismos inovadores de financiamento”.

Em resumo, o grande desafio para os oito países-membros hoje, na avaliação do representante da Colômbia, é realizar uma implementação participativa, ágil e abrangente da Declaração de Belém. “Iniciamos as coordenações necessárias e a ativação das instâncias pertinentes da OTCA para avançar prontamente, agradecendo também a iniciativa do Brasil. Quero reiterar o interesse do governo da Colômbia, expresso pelo presidente Petro em Belém, de avançar juntos na defesa de uma visão integradora, mostrando ao mundo que assumimos com todo rigor o desafio de implementar uma declaração que se traduza em ações concretas”.

### **Ministro Conselheiro Efrén Martín, Embaixada da República Bolivariana da Venezuela no Brasil**

O Ministro expressou gratidão e felicitações pela realização do evento, que representa, segundo ele, um compromisso essencial com a defesa e a preservação da Amazônia, visando proteger a vida no planeta e a humanidade. “A amplitude da Declaração de Belém do Pará não pode ser subestimada ao considerarmos a magnitude da complexidade da situação amazônica”, disse.

Marti apresentou uma série de propostas para a região. Uma delas está relacionada ao plano de desmatamento zero, uma iniciativa já em desenvolvimento por diversos países. Essa proposta visa mapear áreas críticas, estabelecer uma taxa real de reflorestamento, compreender a verdadeira emissão de gases de efeito estufa e promover práticas sustentáveis como alternativas econômicas, soberanas e ecológicas.

Outro eixo desta proposta inclui “um plano abrangente de reflorestação e regeneração da Amazônia, incluindo a criação de um banco de sementes para preservar a diversidade da região e o estabelecimento de um corpo amazônico para o combate a incêndios florestais e implementação de zonas de proteção”, afirmou.

Outro eixo proposto pelo presidente Nicolás Maduro visa a eliminação total do uso de metais pesados nas atividades minerais, além de um eixo que aborda a erradicação da mineração ilegal, substituindo-a por práticas responsáveis, “uma tarefa complexa que enfrentamos recentemente no Parque Nacional Chabacana e áreas adjacentes”, destacou. Nessa operação, mais de catorze mil mineradores ilegais foram desalojados por vinte e cinco mil membros das Forças Armadas, uma tarefa socialmente complexa, não apenas pelo desafio de retirar essas pessoas da mineração ilegal, mas também pela necessidade de proporcionar novas oportunidades de emprego.

Um dos eixos também propõe a criação do Centro de Investigação Amazônica, um centro fundamental para monitorar a verdadeira crise que pode estar ocorrendo na região. Além disso, a proposta inclui a criação de um Conselho Científico Amazônico para preservar a diversidade e os conhecimentos ancestrais e comunitários que têm contribuído para a preservação dessa biodiversidade. “É crucial ressaltar que esta proposta transcende uma abordagem puramente científica e tecnológica, envolvendo ativamente as comunidades, os povos indígenas e todas as comunidades que habitam a região”, comentou.

Outro eixo de trabalho sugerido propõe o lançamento de um satélite amazônico para percepção remota da região. Além disso, foi proposto a criação de um plano de



desenvolvimento sustentável, ecológico e soberano, que impeça a contínua perda de extensões da Amazônia para atividades ilícitas.

Por fim, a Venezuela propõe fortalecer a institucionalidade da OTCA, enfatizando a importância de não adiar seu Plano de Ação em Defesa da Amazônia e a criação de conselhos ministeriais abrangendo Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Saúde, Defesa, Segurança, Economia, Povos Indígenas e Movimentos Sociais. “Essas propostas precisam ser concretizadas, desenvolvendo-se em projetos, ações e metas, para os quais nos colocamos à disposição, mobilizando as equipes técnicas das diversas instituições do nosso país. No entanto, sobretudo, é imperativo que haja compromisso e recursos financeiros para tornar realidade o que tem sido tão discutido nesta mesa”.

### **Embaixador Carlos Alfredo Lazary, Diretor-executivo da OTCA**

Segundo o Embaixador, há um ponto em comum em todas as falas: a questão do rosto humano que saiu da Declaração de Belém. “Essa é uma reiteração, da centralidade do ser humano que já estava no espírito do tratado. Eu acho que renovar isso, ratificar, reiterar, foi um tema muito importante em Belém”, afirmou. Para Lazary, a COP em Belém também é um norte. “Eu apenas considero que a gente não deve esquecer que existe [existiu] a COP este ano em Dubai e existe a COP do ano que vem. Então, eu acho que esse trabalho de, digamos assim, encontrar uma voz amazônica, de fazer uma concertação, é que vem desde a primeira Cúpula, em 1989, e em 1992, na Rio-92. Fica muito claro que os presidentes querem que seja resgatado esse espírito”.

O Embaixador lembrou que nem todos os presidentes mencionaram a Declaração de Belém nos seus discursos em Nova Iorque, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Segundo ele, a questão da identidade amazônica ainda é um projeto em construção nos países. “As nossas sociedades, os países não incorporaram definitivamente e completamente o elemento amazônico na sua identidade nacional. Esse é um projeto em construção que deve ser, a meu ver, reiterado e, em Belém, esse compromisso ficou muito claro”.

Outra questão destacada por Lazary foi a importância de ter um painel científico, de resgatar o papel da academia. “Eu creio que isso é um ganho extraordinário”. Destacou, também, a vitória diplomática dos oito países de mapear a América do Sul com três grandes tratados: primeiro o Tratado da Comunidade Andina, depois o Tratado da Bacia do Prata e, por último, o Tratado de Cooperação Amazônica. “Isso dá à América do Sul uma vantagem comparativa, quando você olha a Bacia do Nilo, a Bacia do Congo e outros arranjos, outros biomas ou bacias no mundo”.

Sobre a cooperação Sul-Sul, Lazary retomou a questão dos ilícitos transnacionais. “A nossa experiência na OTCA é que essa questão dos ilícitos, do ponto de vista da cooperação, deve ser vista como uma agenda de cooperação mesmo, e não várias aventuras no sentido da repressão em conjunto”.

De acordo com o Embaixador, a construção das posições dos países vai além do universo amazônico, muito embora a Amazônia seja uma grande e importante prioridade. Ele também citou a questão do monitoramento como fundamental, o que exige um mecanismo financeiro.

Por fim, afirmou que a reunião em Belém teve um mérito muito importante: a transcendência política, já que não é fácil “você ter oito países coincidindo 109 decisões, 109



encaminhamentos”.

### **Ceição Pitaguary, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas**

Ceição Pitaguary comentou alguns pontos das falas do painel, ressaltando ser “muito importante esse fórum de deliberação que a gente tem para tratar sobre as questões indígenas; que exista essa participação paritária, entre governo e organizações. É importante essa participação social”. Segundo ela, no Ministério dos Povos Indígenas e aqui, no Brasil, de forma geral, a gente já faz isso há muito tempo também, de ter essa participação muito efetiva nas questões relacionadas aos povos indígenas.

“Tivemos no governo passado a destruição de todos os conselhos de participação social e um deles foi o Conselho Nacional de Política Indigenista, que reúne representantes dos povos indígenas de todo o país. Então, a gente está reativando esse conselho, que tem a participação da representação indígena e a representação do governo brasileiro e, portanto, todos os ministérios lá presentes”, contou.

Pitaguary citou a mineração ilegal e, em especial, o uso do mercúrio, que culminou com a tragédia do povo Yanomami. “O Brasil está propondo temas para mostrar o desenvolvimento de atividades da sócio bioeconomia integrada aos modos de vida e à preservação ambiental como alternativa ao garimpo. O garimpo deixa uma ferida aberta nos territórios indígenas e na floresta”, destacou.

### **María Alexandra Moreira López, Secretária-Geral da OTCA**

A Secretária-Geral se concentrou em alguns aspectos que, disse, não são tão bem ouvidos quando falamos sobre a Amazônia. “Acredito que um dos principais aspectos da Declaração de Belém, como já foi mencionado aqui pelos diversos palestrantes, é justamente esse fato que está corroendo a nossa região amazônica. Infelizmente, nos últimos vinte anos, temos visto um cenário crescente do que está acontecendo com as diferentes atividades ilícitas que estão sendo geradas”, comentou. “Portanto, acredito que um dos aspectos fundamentais dessa declaração é também a disposição dos países de concordar e tomar medidas conjuntas no âmbito de como lidar com essas atividades ilícitas, completou.

De acordo com ela, se quisermos gerar um modelo alternativo de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente mais positivo para a nossa região, também devemos abordar o aspecto das atividades ilícitas, tudo o que envolve o tráfico de drogas, a mineração ilegal, o tráfico de pessoas, a prostituição, o tráfico de espécies ameaçadas de extinção, entre outros problemas que temos na região.

Por outro lado, mencionou que se preocupa com a questão do financiamento. “Ficamos preocupados quando falamos de bilhões e trilhões, quando, às vezes, aqueles de nós que estão familiarizados com o terreno da região amazônica [veem que] muitas vezes milhares de dólares não chegaram à região”. “Como realmente nos certificamos de que esse dinheiro, esses bilhões, esses trilhões que serão movimentados nos bancos, na cooperação internacional e em outros atores vão chegar à região amazônica?”, questionou. “Têm que chegar às pessoas que trabalham, às pessoas que fazem bioeconomia, às pessoas que fazem biocomércio, ao empreendedorismo, às cidades amazônicas”.



Por fim, a Secretária-Geral afirmou que a visão intersetorial, não só ambiental, mas também social, econômica e cultural, prevaleceu nessa declaração. “Nós, os amazônicos, não podemos pensar de forma inferior. Nós representamos 44% da América do Sul e representamos e temos 50 milhões de habitantes na região amazônica”, disse. “Mas isso também requer a ação de outros atores, a ação da sociedade civil, a ação dos povos indígenas, a ação da ciência, a cooperação internacional. Nós temos seis anos pela frente para cumprir as metas de desenvolvimento sustentável”, comentou. “É necessário financiamento, maior cooperação, não apenas na esfera econômica, mas também em ciência, tecnologia e inovação, para realmente gerar outros tipos de modelos e resultados muito mais positivos para a região amazônica”.





## **PAINEL 2 - Implementando a Declaração de Belém: boas práticas de prevenção e enfrentamento a atividades nocivas ao meio ambiente na Bacia Amazônica**

### **Fernanda Carvalho, Global Policy Lead, Climate and Energy Practice do WWF**

Como moderadora da mesa, Fernanda Carvalho lembrou que existe um princípio que se chama *pacta sunt servanda* – o que está pactuado tem que ser cumprido. “Algo que foi assinado por oito líderes de Estado não está aí à toa. Então, a força política dessa declaração é bastante importante, pelo peso que ela tem, quase quarenta anos depois da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica”.

Por outro lado, citou a questão de a implementação acontecer nos vários níveis – não só no nível mais alto –, da transversalidade da agenda, e também da ambição “É um dos primeiros documentos internacionais e regionais a mencionar o ponto de não retorno. Então, quando ela cria uma aliança amazônica de combate ao desmatamento, menciona justamente que a missão dessa aliança é impedir que a Amazônia chegue ao ponto de não retorno. E isso é muito interessante”, disse.

Outro ponto destacado por Carvalho diz respeito à cooperação policial, judicial e de inteligência. “É muito importante que haja esse tipo de cooperação, esse tipo de troca, de boas práticas [...] E o que eu queria ressaltar também é a questão do momento político para esse tipo de iniciativa, que é bastante propício”. “A gente tem o Brasil de volta à agenda internacional”, destacou, lembrando da COP30, em Belém, e da presidência brasileira do G20.

### **Rafael da Silva Rocha, Procurador da República no Ministério Público Federal**

O Procurador abordou crimes ambientais associados a três cadeias produtivas (piracatinga, ouro e pecuária), e também apresentou oportunidades de cooperação internacional em relação a cada uma dessas cadeias. Começou pela cadeia produtiva da piracatinga. “Quando eu assumi o ofício ambiental, há dez anos, em Manaus, foi o primeiro grande caso que eu peguei. Não chamou a atenção por ser o caso da piracatinga, e sim por ser o caso do boto, porque os pescadores matavam o boto para usar como isca para pescar piracatinga, que era um peixe necrófago. Então, vamos começar a observar os elos dessa cadeia. Primeiro tem a caça do boto. Depois, a pesca da piracatinga – o peixe era comercializado em Manaus, no Amazonas, mas não era tão apreciado, e grande parte dessa produção era exportada”.

Relatou que as pessoas discutiam muito como coibir a caça do boto e algumas também discutiam como abordar a cadeia produtiva de uma forma geral. “O mérito do Ministério Público Federal, nesse caso, foi dar uma ênfase maior à questão da comercialização e exportação da piracatinga e menos à caça do boto. Obviamente, a fiscalização deve continuar acontecendo, mas ninguém tem perna para fiscalizar a bacia amazônica inteira”, pontuou. “Então, uma ideia que já circulava era a decretação de uma moratória da piracatinga, proibição da pesca, proibição da comercialização”, relatou. Segundo ele, é algo que, embora pareça radical, é factível de ser implementado. O Ministério Público Federal expediu uma recomendação conjunta ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Pesca para, dentro das suas competências, analisar a possibilidade de decretar uma moratória mediante estudos técnicos.



Em julho de 2014, a moratória foi decretada por meio de uma instrução normativa conjunta. Foi sucessivamente prorrogada, sempre com prazo determinado, e recentemente foi editada a portaria interministerial entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, tornando essa proibição permanente por tempo indeterminado.

O Procurador citou também a cadeia do ouro. Pela legislação brasileira, o ouro extraído deve ser vendido a uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central, que adquire esse ouro, que depois será comercializado mediante notas fiscais, perdendo-se então o controle da origem. “Fica difícil rastrear”, embora haja um novo marco legal sendo gestado.

Ainda não estão claros quais seriam os novos deveres de diligência que serão introduzidos na cadeia do ouro a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal. Porém, levando em consideração o contexto atual, Rocha compartilhou que ainda há muito espaço para o cometimento de fraudes. Por exemplo, o garimpeiro “pode declarar que aquela permissão de lavra garimpeira vem de um lugar e, na verdade, não vem. São fraudes um pouco mais grosseiras, uma permissão de lavra garimpeira que já expirou seu prazo de validade ou então que a permissão não corresponde àquele minério. Às vezes há uma permissão para extração de areia, e os infratores chegam na instituição financeira dizendo que [o ouro] veio daquele local e, na verdade, não havia autorização para extrair o ouro [e sim areia] a partir daquele título minerário. Então, todas essas oportunidades de fraude precisam ser visualizadas e, para cada elo da cadeia, nós precisamos pensar em estratégias efetivas para coibir”, explicou.

Segundo o procurador, a Polícia Federal e o Ibama fazem um trabalho excelente nesse sentido, mas também é importante coibir o primeiro elo da cadeia e pensar a longo prazo. “Como coibir, como sufocar as atividades criminosas, se ao mesmo tempo existem comunidades pedindo socorro?”, questionou, lembrando haver, no caso dos Yanomami, por exemplo, questões de saúde pública, questões ambientais. “É fundamental continuar prendendo as pessoas que estão cometendo esses crimes. É fundamental descapitalizar o crime organizado”, disse. “A minha reflexão toda é no sentido de propor outras abordagens, sem prejuízo daquelas que dialogam mais diretamente com o comando e controle e que passam por uma fiscalização em campo. E explorar oportunidades de cooperação internacional dentro dessa agenda da cadeia produtiva do ouro”, mencionou.

O procurador compartilhou, então, um exemplo de país que faz fronteira com o Brasil que informou que detectou uma atividade atípica de uma balsa que se locomovia entre a fronteira dos dois países de acordo com o andamento da fiscalização ambiental. Ou seja, quando sabem que vão ser fiscalizados pelas autoridades brasileiras, migram para a outra margem do rio. Com base nisso, o Procurador compartilhou a ideia de desenvolvimento de operações de fiscalização simultâneas entre os dois países. “Isso é algo mais simples porque não envolve necessariamente uma atuação de uma autoridade estrangeira em outro território”, declarou. Para ele, uma comunicação mínima entre os dois países permitiria que uma operação de fiscalização simultânea fosse realizada para coibir crimes relacionados à cadeia produtiva do ouro.

A terceira situação citada por ele foi a da pecuária. “Vou me colocar no lugar daquele invasor de terra indígena, de unidade de conservação, ou simplesmente alguém que tenha uma área embargada e insiste em criar o gado em uma área em que ele não deveria estar.



Como é que ele pode fazer para lavar esse gado e introduzir em circulação? A primeira estratégia é vender para outra fazenda, porque dificilmente a diligência do frigorífico vai alcançar os elos anteriores da cadeia. Então, a vida dele ainda está fácil, né? Se ele escapar da fiscalização do Ibama, se o gado não for retirado dali, e isso raramente acontece, ele consegue já vender para o próximo elo da cadeia, vende para outra fazenda e pronto”, comentou.

“Mas pode ser que ele seja um criador de gado que quer lucrar mais, que quer vender para o abate, e também isso tem a ver com a própria dinâmica do mercado. Algumas fazendas são especializadas em engorda do gado para abate. E aí o que que ele pode fazer? A primeira coisa é identificar um frigorífico na região dele que não tenha nenhum compromisso de monitoramento, ou seja, que não esteja cumprindo nenhum dever de diligência. Esses frigoríficos ainda existem na região amazônica – não são os maiores. Ouso dizer que não são a maioria, mas eles continuam existindo e, enquanto eles tiverem vida fácil, vão continuar comprando esse gado de origem ilegal. É importante que a vida desse frigorífico fique cada vez mais difícil. Então, sim, o Ministério Público tem a obrigação de processar esse frigorífico, executar as multas previstas. Mas é preciso mais. O Ministério Público precisa de ajuda. Se o frigorífico tiver dificuldade de acesso ao crédito, se ele tiver dificuldade de vender a carne processada na indústria para o varejo, isso também vai fechando o cerco, vai sensibilizando essa empresa para que ela passe a fazer esse monitoramento”.

Do ponto de vista da oportunidade de cooperação internacional, o Procurador aventou a possibilidade de colaboração entre autoridades dos diferentes países da Amazônia para verificar os pontos de contato desses crimes em regiões de fronteira e, a partir disso, identificar e coibir situações de agropecuária ilegal que servem como motor do desmatamento na região como um todo.

Em resumo, ele abordou a importância de pensar em cada cadeia produtiva e os crimes a elas associados sem, de maneira nenhuma, criminalizar qualquer cadeia, mas tentar realmente fazer um trabalho estratégico, de inteligência, para alcançar melhores resultados, inclusive por meio da cooperação internacional.

### **Marcelo Sálvio Rezende Vieira, Diretor Substituto da Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal**

Representando o Diretor da Amazônia e Meio Ambiente, Humberto Freire, o Diretor Substituto discorreu que a força policial tem uma capacidade de entender o problema em todos os seus extremos, tanto naquele que toca na decisão política para uma tomada de decisão estratégica, como no de compreender o problema lá na ponta. “Ele [o policial] que entende e enxerga as relações sociais que estão por trás do crime que se pratica ali e do problema que ele gera naquele ambiente”, disse.

Segundo Vieira, a polícia pode trazer soluções tanto para a esfera política, na tomada de decisões, quanto na solução do problema, na ponta, diretamente. “Nós não temos a pretensão de resolver o problema, tamanha grandeza, num único órgão”, pontuou. “A partir de 1º de janeiro deste ano, foi criada na Polícia Federal uma diretoria da Amazônia e Meio Ambiente”, contou. O objetivo da unidade é coordenar e integrar as ações de segurança pública na Amazônia. “As instituições atuam com muito esforço e com muito empenho, mas



difícilmente conseguem atuar de forma coordenada”, comentou. “Então, a Polícia Federal, a Diretoria da Amazônia e do Meio Ambiente, vem com essa proposta principal de buscar a integração e a coordenação. Não a liderança, mas esse papel transversal de tentar ligar todos ali nos problemas em comum”.

Ele frisou que a Amazônia Continental saiu de uma situação, de 20 anos atrás, de relativa paz social, para um problema grave de criminalidade. “Hoje uma série de estados da região convivem com facções criminosas. [...] Todas as regiões passaram por essa transformação da criminalidade, de pequenos grupos isolados, com armamentos precários, para organizações bem estruturadas, muito bem armadas, que hoje dominam a área de exploração de recursos naturais, como os garimpos nas terras indígenas Yanomami”.

Na avaliação dele, as instituições precisam se transformar e consolidar um plano tático de atuação integrada, não mais uma atuação isolada. E, ainda, definir estratégias de enfrentamento do problema da criminalidade nacional e transnacional, compartilhando tecnologias e capacidades, além de estabelecer e coordenar ações propriamente ditas.

### **Mauro Ruffino, Coordenador do Observatório Regional Amazônico e do Projeto Bioamazônia da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**

Ruffino contextualizou o papel e a importância do Observatório Regional Amazônico (ORA) no contexto do combate a ilícitos. Lembrou que o Tratado de Cooperação Amazônica foi firmado em 1978, a OTCA foi criada em 1998 e a Secretaria Permanente em Brasília em 2002. “Então, desde 1980, quando teve a primeira reunião de Ministros de Relações Exteriores, se colocou aí apoio aos esforços de cada um dos países signatários para eliminar o comércio ilegal de espécies vivas, peles de animais silvestres, e assim por diante”.

Na avaliação dele, a Declaração de Belém amplia completamente a ação de combate a ilícitos, que até então era vinculada mais à parte de espécies de fauna e flora, ou desmatamento e até mercúrio. “A OTCA começou justamente a gestar alguns projetos para incluir em suas atividades ações que permitiriam, de alguma forma, atender a essas resoluções dos Ministérios das Relações Exteriores dos países-membros”.

Ruffino citou outro projeto, coordenado por ele, chamado Bio Amazônia, que é de gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e da flora ameaçadas pelo comércio. “Além de apoiar a melhoria e o desenvolvimento de sistemas de informação sobre biodiversidade e espécies, como equipamentos, fortalecimento das instituições, autoridade administrativa [...] Definiu-se, a partir das demandas dos países, algumas ações para promover o manejo sustentável dessas espécies, assim como o desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade”, relatou.

Ruffino destacou o trabalho desenvolvido no âmbito do ORA, observatório originado a partir de uma resolução dos Ministros de Relações Exteriores de 2010, mas que na prática passou a ser implementado em sua plenitude apenas a partir de novembro de 2021, como um centro de referência de informações que tem como missão coletar, processar, organizar e difundir informações sobre a Amazônia de uma maneira geral. Foi planejado a partir de dois grandes grupos de módulos integradores, que são ferramentas que permitem visualizar a informação de diversas formas. “As redes amazônicas contidas na sala de situação do



ORA integram 244 estações fixas hidrológicas, que permitem que nós recebamos informações a cada quinze minutos”, explicou.

O ORA pode ser utilizado para dar visibilidade, por exemplo, às ações realizadas no âmbito da segurança pública. “Todas as espécies que são comercializadas, exportadas ou importadas, têm que ter uma permissão da autoridade administrativa. No caso do Brasil, é o Ibama, que por sua vez consulta as autoridades científicas para tomar a decisão sobre cotas, liberação de comércio [...] desde que elas não afetem a sustentabilidade, a dinâmica populacional dos grupos”, contou.

Ruffino apresentou as rotas internacionais do tráfico ilegal de espécies. “Vocês podem selecionar a espécie e ver qual o país de origem e qual o país de destino; se é o animal inteiro, se são parte deles, o método utilizado para o tráfico, os métodos de detecção e o lugar onde essas espécies foram encontradas”. Ele relatou que o Observatório vai trabalhar no desenvolvimento de um sistema para que esses dados possam ser sistematizados nos oito países-membros e para que seja possível subsidiar informações para as autoridades de observância terem mecanismos de controle e fiscalização. “A ideia é justamente que os países possam elaborar um plano estratégico regional sobre segurança pública, elencar prioridades e o Observatório ser um braço operacional desse sistema, para dar transparência e socializar a informação”.

### **Paulo Amaral, Pesquisador Associado do Imazon**

Amaral apresentou uma experiência de cooperação sub-regional do Imazon, com o Ministério Público do Pará. Lembrou que o estado do Pará é o que mais contribui para o desmatamento, com 22% do desmatamento da Amazônia.

Discorreu sobre o que foi implementado e o que precisa ser resgatado e colocado em operação. “Se a gente olhar dentro do Pará, dez municípios contribuem com quase 60% do desmatamento. Então, se quiser fazer diferença, se quiser ter um resultado de impacto de redução de desmatamento, temos que olhar e atacar esses municípios”, alertou. Portanto, decidiu-se “focar toda a capacidade, que é limitada, tanto do Imazon quanto do Ministério Público, e começar a traçar uma estratégia para estes municípios. Desenhamos um plano, firmamos um termo de cooperação lá em 2019, começamos a operar, veio a pandemia, teve aquela paralisação e, a partir de 2021, estamos acelerados nessa implementação desse plano de ação, que gera informação na escala municipal”, contou. “O que vai fazer diferença, como fez no programa Municípios Verdes, é a ação do município, é envolver esses atores locais”.

Uma outra questão significativa, segundo ele, é evoluir do ponto de vista técnico, inclusive do ponto de vista de coleta de dados e evidências. “Nós pegamos um caso [um processo judicial] em que o desmatamento aconteceu em 2022 e toda a análise era com base em imagens de 2018”. Ademais, Amaral relatou que o Imazon está atuando também na prevenção. “A gente pega uma análise a partir dos vetores do desmatamento e inteligência artificial e gera um mapa de alerta, de risco de desmatamento. O objetivo é que o produtor localizado em área com alto risco de desmatamento receba um alerta, fazendo com que os órgãos fiscalizadores também possam mais cuidado com essas áreas. “Isso tem um efeito enorme do ponto de vista ditático”, concluiu.



## **Alcilene Magalhães Cardoso, Coordenadora Regional do Baixo Amazonas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)**

Alcilene Magalhães Cardoso falou como amazônida, filha de agricultores rurais e esposa de pescador. Relatou que os ministérios públicos, federal ou estaduais, conseguem olhar agora para uma proatividade com um papel diferente, bebendo sempre no berço da ciência e do conhecimento. "Falo não só do conhecimento científico, mas do conhecimento tradicional, e que bom que temos um ministério que diz: olha, tudo o que vocês estão discutindo e tentando comprovar a gente já sabia e a gente também quer participar das alternativas dos problemas".

Lembrou de uma palavra em comum entre os painelistas: rastreabilidade, que é informação, que é tecnologia. "Quando a gente vai olhar para a cadeia de crimes ambientais, eu sempre digo que o crime tem o infrator e a vítima. O crime ambiental tem múltiplas vítimas. Não dá para chegar só com a ação. O colega da Polícia Federal sabe bem. A gente precisa de comando e controle, mas depois que o comando e o controle sai, as famílias ficam lá, as lideranças, os trabalhadores rurais que vivem sob forte ameaça".

"Quando a gente fala de rastreabilidade das cadeias, a gente está falando de um mercado nacional e internacional poderosíssimo, com uma força econômica e uma força política muito atrelada, muito engrenada", pontuou. "A gente precisa também atacar o caos fundiário que a Amazônia vive. Então, precisa dar 'CPF' e CNPJ" para se dar segurança jurídica aos quilombos, aos extrativistas, aos ribeirinhos que sonham historicamente em ter o documento da sua terra". Por outro lado, "a grilagem acaba fazendo um jogo de dominó". "Você tem lá a grilagem, vem o desmatamento em seguida, vem a área jogada para essas cadeias, que têm um apelo muito forte, e você vai tirando da terra os seus verdadeiros guardiões", comentou.

"A gente pode ter informação, a gente pode ter ciência, a gente pode ter tudo, mas se a gente não tiver o agricultor extrativista, o indígena quilombola, dentro da floresta amazônica, nós vamos perder a nossa floresta e os nossos rios", declarou.

## **Danicley Saraiva de Aguiar, Campaigner Sênior do Greenpeace Brasil**

Danicley Saraiva de Aguiar reiterou que a informação não circula no chão da floresta. Ela circula nas grandes capitais, circula em Belém, circula em Manaus, circula em Porto Velho. "Mas não circula em Novo Progresso, ela não circula em Jacareacanga, ela não circula em Alvares". Por isso o desafio de fazer a informação chegar na ponta, na mão dos promotores públicos. "Ela tem que chegar na mão do vereador, do prefeito, nos municípios da Amazônia, no Brasil de forma geral. Mas a Amazônia não tem estratégia de planejamento nenhuma", lamentou.

"Quando você olha a sua perspectiva da Amazônia brasileira, esse Estado é praticamente ausente. E quando ele é presente, ele é ineficiente – e eu não estou falando aqui de Belém, de Manaus, de Porto Velho. Estou falando aqui das cidades pequenas. São mais de 700 municípios na Amazônia brasileira e a gente fala de três ou quatro o tempo inteiro. No máximo de oito. Eu acho que esse é o desafio: produzir informação e fazê-la chegar na ponta para de fato descobrir um processo de planejamento do desenvolvimento regional", reiterou.



## **Hanna Baileiro, Diretora-executiva do Instituto Mapinguari**

Natural de Macapá, Hanna Baileiro falou enquanto mulher amazônida. Relatou que o Instituto Mapinguari está no enfrentamento nessas pequenas cidades, invisibilizadas dentro e fora do eixo Amazonas-Pará. “A gente está trabalhando nesse apagamento de dados e, por mais que a gente esteja inserido dentro de um contexto de sociedade civil, ainda é difícil chegar e acessar os dados como o próprio Imazon tem construído”, contou.

“Mas, além da dificuldade de acessar os próprios dados, existe ainda esse gap de informações que fica entre o ORA e a implementação de fato”. Por exemplo: para conseguir barrar ou minimizar questões como a estiagem, para que as crianças consigam chegar nas suas escolas, para que o alimento chegue na mesa da população... “A gente consegue olhar para o ORA e ver essas possibilidades de estiagem, essas possibilidades de cheia. Então, onde que fica esse buraco de que a gente não consegue informar as pessoas de que elas estão nessa área de risco e pensar também em planejar alternativas para minimizar esses impactos?”

Outro ponto destacado por Baileiro foi sobre o passo a passo a partir da Declaração de Belém. “É esse documento robusto, cheio de objetivos. Mas esses objetivos precisam, no final das contas, chegar nesse ponto das metas”, pontuou.





### **PAINEL 3 - Cooperação entre países amazônicos e parceiros internacionais: oportunidades e desafios para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica**

#### **Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)**

Rodrigo Agostinho relatou que o Ibama está com várias operações hoje na Amazônia. "Basicamente nós estamos falando da maior floresta tropical do mundo, dois terços dela estão no Brasil, metade do território brasileiro está naquilo que a gente chama de Amazônia Legal. Nós já perdemos do ponto de vista de destruição completa, o chamado corte raso, cerca de 20% da Amazônia Brasileira. Mas a gente tem uma estimativa que, provavelmente daquela floresta que está em pé, cerca de quase 40% já é floresta degradada, floresta que já teve ou exploração seletiva de madeira ou algum outro tipo de degradação, entre elas o fogo", contou.

Segundo ele, para o Ibama, tão importante quanto manter a floresta em pé é preservar as populações que vivem na floresta e que vivem nas cidades amazônicas. "A maior parte da população da Amazônia vive em grandes cidades. Nós temos um número gigantesco de pequenas comunidades, de pequenas populações indígenas, tanto em terras indígenas demarcadas quanto fora de terras indígenas. Nós temos comunidades quilombolas, comunidades tradicionais. É muita comunidade ribeirinha ao longo dos rios da Amazônia, mas a maior parte da população está concentrada nas cidades. Tão importante quanto manter a floresta é conter o processo de degradação da floresta que existe hoje". Ainda, acrescentou: "além do trabalho de restaurar áreas que foram destruídas e degradadas no passado".

Com relação ao Ibama, pontuou: "O Ibama é a principal agência ambiental brasileira. O Ibama tem 35 anos. O Ibama chegou a ter 6.000 funcionários e 6.000 servidores. Hoje tem 2.700, a maior parte deles foi se aposentando".

Agostinho expôs ainda que o Ibama está em uma fase de fortalecimento institucional, com a reorganização dos trabalhos. "Como a nossa estrutura de fiscais é pequena, a gente até hoje não conseguiu colocar esse ano mais do que 120 fiscais para trabalhar ao mesmo tempo", disse. "A gente está trabalhando com acupuntura. Nós pegamos os 17 municípios na Amazônia que reúnem 50% do desmatamento e nós estamos com uma presença muito forte nessas localidades", explicou. "E estamos usando tecnologia para fiscalizar o restante da Amazônia. Nós estamos embargando todo o desmatamento de forma remota. Embargar significa proibir a pessoa de utilizar a área", explicou.

Outra ação estratégica forte do órgão é o combate ao garimpo ilegal. "Nós começamos no início do ano, na Terra Indígena Yanomami. A gente tinha uma estimativa de mais de 10.000 garimpeiros dentro da área. A gente acredita que já removeu cerca de 95%, 98% dos garimpeiros de lá até agora e a gente já conseguiu entrar em 109 terras indígenas, a última grande foi Munduruku [...] A gente já deve ter destruído mais de um bilhão de reais em equipamentos dos garimpeiros até agora. Foram mais de 1.000 balsas e retroescavadeiras, 40 aeronaves, e a gente acredita que está conseguindo de certa forma controlar".

Sobre a madeira ilegal, contou que o Ibama conseguiu detectar e tirar do sistema de rastreabilidade algo em torno de 100.000 caminhões até agora. E disse ainda que o órgão está detectando, em algumas regiões da Amazônia, a mistura de crimes urbanos,



notadamente ligados a facções, com crimes ambientais. “Nós estamos criando novas equipes especializadas, porque estamos lidando com gente muito perigosa”.

Em relação à cooperação com a região, compartilhou que o Ibama sabe como combater o desmatamento e que pode, assim, ajudar os demais países amazônicos. “A nossa meta do governo é o desmatamento zero em 2030. Nós acreditamos que vamos conseguir reduzir nos primeiros dois anos pelo menos 80%”. Falou também sobre oportunidades de cooperação, como o intercâmbio de estratégias de fiscalização, a rastreabilidade das cadeias produtivas e o aprimoramento das legislações.

“O Ibama tem dado cursos de inteligência para os órgãos estaduais de meio ambiente. Inteligência não é investigação, mas, para nós, para o Ibama, a inteligência é primordial. A gente só consegue ser assertivo se a gente usar a inteligência. A gente consegue, inclusive, garantir a integridade das nossas equipes usando inteligência”, pontuou.

Relatou que o órgão tem algumas parcerias na área de inteligência, com alguns países vizinhos, e tem conseguido muito a partir da cooperação. “Teve algo bastante simbólico, mas muito importante, que foi a cooperação na repatriação de animais vítimas do tráfico com o Suriname. Por conta de todo o programa de conservação no Brasil, detectamos 27 araras no Suriname e mais nove micos-leões que foram apreendidos no Suriname e o Brasil fez uma operação de repatriar. Na véspera da operação, os traficantes tentaram resgatar os animais, resgataram parte das araras e invadiram a área onde esses animais estavam. Mas, mesmo assim, a gente conseguiu repatriar uma boa parte dos animais. Então, a gente precisa exercitar mais esse trabalho de cooperação entre os países e que a gente possa ter a inteligência dos países no combate aos crimes ambientais, trabalhando de uma maneira um pouco mais integrada”.

### **Ministro Jean-Pierre Bou, Chefe de Delegação Adjunto da União Europeia no Brasil**

O Ministro enfatizou o significado geopolítico do processo regional que vem se desenrolando nos últimos 12 meses. Em novembro de 2022, o então presidente eleito Lula escolheu simbolicamente a COP27, em Sharm El Sheik, para revelar a ambição de reunir novamente uma cúpula amazônica no nível dos chefes de Estado da OTCA. “Isso estava claramente vinculado ao novo impulso da diplomacia regional amazônica, com os desafios globais das metas de desenvolvimento sustentável, incluindo a luta contra a pobreza, a mudança climática e a proteção da biodiversidade”, destacou.

Menos de dez meses depois, isso foi cumprido com uma cúpula realizada nos dias 8 e 9 de agosto e a Declaração de Belém. A abordagem inclusiva, com a mobilização da sociedade civil durante os diálogos preparatórios, também foi digna de nota, segundo ele. “Como parceiro estratégico, qual é a melhor maneira de a União Europeia (UE) responder e acompanhar essa nova dinâmica? Vejo três eixos principais: primeiro, aproveitar todo o potencial de nossos diálogos políticos. Segundo, alavancar todos os instrumentos de nossa caixa de ferramentas corporativas e, terceiro, moldar os incentivos econômicos para ajudar a colocar a região amazônica em um caminho de desenvolvimento ascendente”, resumiu. O Ministro detalhou um pouco cada um desses três eixos. O primeiro eixo, disse, seria aproveitar todo o potencial de nossos diálogos políticos, já que a UE tem uma série de canais de comunicação com cada um dos oito membros da OTCA. “Com o Brasil, a parceria estratégica existe desde 2007 e estamos ativamente engajados com as autoridades brasileiras para organizar uma nova cúpula UE-Brasil no início do próximo ano. Antes disso,



também esperamos realizar a primeira edição do diálogo de alto nível sobre clima e meio ambiente entre a UE e o Brasil, com a Ministra Marina Silva”, contou.

Prosseguiu com outros exemplos. “Com a Colômbia, foi assinada uma declaração no ano passado estabelecendo um diálogo UE-Colômbia sobre clima e meio ambiente, ação climática e desenvolvimento sustentável. A propósito, também somos muito gratos ao governo colombiano por ter convidado nosso comissário de Meio Ambiente para ir a Letícia em julho passado para a Cúpula Pré-Amazônica”.

O terceiro exemplo é com o Suriname. A Parceria Florestal UE-Suriname foi assinada durante a COP22, para atender à necessidade de diversificação econômica sustentável do país. “Olhando para o futuro, o desafio empolgante seria simplificar as implicações da Declaração de Belém como um dos principais itens da agenda em todos esses diálogos”, opinou.

“Uma vez que as visões estejam alinhadas, os recursos são mobilizados mais facilmente de uma forma muito mais relevante e produtiva”, acrescentou. De modo geral, segundo ele, sempre temos que começar com as estratégias locais, como, por exemplo, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) brasileiro para combater o desmatamento na Amazônia brasileira, com diálogos frequentes e aprofundados sobre isso para acompanhar sua implementação de forma inteligente. “Isso me leva ao segundo ponto, com o aproveitamento de todos os instrumentos dos blocos de ferramentas”, prosseguiu.

Em seguida, o Ministro fez menção a programas financiados pela UE, como o Amazônia Plus, lançado em julho de 2022, e a Iniciativa de Florestas Tropicais Euro-Brasil, que engloba 50 iniciativas de cooperação em andamento da UE e de seus Estados-membros na Amazônia brasileira. “As prioridades de cooperação relacionadas à floresta tropical brasileira incluem, em primeiro lugar, investimentos sustentáveis em bioeconomia e uso da terra que lutam contra incêndios florestais e desmatamento e, por fim, transparência e rastreabilidade das cadeias de suprimentos.”

Bou mencionou que essas iniciativas são implementadas para alcançar um impacto duradouro em termos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Mas uma mudança de escala verdadeiramente transformadora só poderia ser alcançada se as populações locais tivessem liberdade para operar com os incentivos certos. “Há três maneiras complementares de a UE contribuir para um reequilíbrio de incentivos. A primeira maneira é ajudar com as políticas de comando e controle. No Brasil, essa é, na verdade, uma das prioridades do Fundo Amazônia para reforçar essa aplicação. Pela voz de sua presidente Ursula Von der Leyen, a Comissão Europeia já sinalizou sua intenção de contribuir com 20 milhões de euros para o fundo”, reforçou.

“A segunda maneira de sinalizar que o crime não compensará mais é aniquilar qualquer perspectiva de mercado para produtos cultivados em terras desmatadas após 2020. Esse é o significado do regulamento sobre desmatamento da UE. Ele reflete nosso compromisso de que o consumo na Europa não oferecerá incentivos perversos ao desmatamento. A terceira maneira é, obviamente, facilitar o acesso ao mercado para produtos que deixam a floresta em pé. Temos vários projetos de cooperação em cadeias de valor sustentáveis e bioeconomia que desenvolvem essas iniciativas”.



Ele finalizou lembrando que, em 2022, a COP27 em Sharm el Sheik destacou que a obtenção do financiamento necessário exigirá uma transformação do sistema financeiro e de sua estrutura e processos. “Isso precisa envolver governos, bancos centrais, bancos comerciais, investidores institucionais e outros agentes financeiros. E não se trata apenas do fornecimento e da mobilização de financiamento. Trata-se também de apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para viabilizar estruturas regulatórias voltadas especificamente para os agentes do setor privado, como as finanças sustentáveis. Portanto, de certa forma, há muito em andamento, mas muito mais a ser feito. Podem ter certeza de que a UE continuará a desempenhar um papel muito ativo em tudo isso”.

### **Franziska Tröger, Primeira-secretária para o Desenvolvimento Sustentável e Florestas da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil**

Tröger enfatizou que a cooperação alemã tem parcerias de longa data com diversos governos amazônicos, principalmente no que diz respeito à questão das florestas. “A questão das florestas e a proteção climática são um dos pilares estratégicos em nossas relações bilaterais com a região”, disse.

Comentou que, ao longo dos últimos 15 anos, isso tem sido um dos principais temas de cooperação, especialmente com o Brasil, mas também com Colômbia, Equador, Bolívia e Peru. “Todos esses programas de cooperação giram em torno de temas comuns, como áreas protegidas e terras indígenas [...] Tentamos apoiar todos os tipos de bioeconomia que sustentam nossos valores, incluindo concessões florestais, atividades de comando e controle, e também o monitoramento do desmatamento. Esses são, digamos, os principais pilares temáticos que a Alemanha tem apoiado nos últimos anos em todos os países mencionados”.

Segundo a Primeira-secretária, o Brasil é um exemplo muito interessante. “Desde 2008, quando o Brasil introduziu o Fundo Amazônia, Alemanha e Noruega apoiaram o financiamento. Hoje, esse fundo financia muitas atividades nessas áreas temáticas mencionadas, sendo reconhecido mundialmente por seus resultados”, disse.

Ela afirmou que a OTCA tem sido uma parceria muito importante por mais de 20 anos. “Em 2002, quando o secretariado permanente foi criado, a cooperação foi reforçada financeiramente”. Tröger enfatizou a importância que a Alemanha dá em apoiar projetos como os desenvolvidos pela OTCA e sua sala de situação de dados, que incentiva a cooperação para o compartilhamento de dados, ciência e informação para informar a ação política e a coordenação entre os Estados-membros. “Portanto, esse observatório é um exemplo e precisa ser divulgado e utilizado, e estamos prontos para continuar apoiando”. Na avaliação de Franziska Tröger, seria interessante ver como os Estados-membros o utilizam e o que pode ser feito para interligá-lo a outras iniciativas. “Sabemos que o Brasil é realmente um campeão em usar dados e reunir todas as informações”, destacou. “Acredito que há uma nova dinâmica com a OTCA no centro das atenções da região, cuidando da Amazônia e melhorando a cooperação entre os governos. Portanto, seria muito interessante ouvir as demandas dos Estados-membros e ver como podemos também ajudar em termos de cooperação técnica ou financeira para apoiar o trabalho”, completou.



Tröger lembrou que “tivemos uma visita de alto escalão durante a Cúpula da Amazônia e haverá outras oportunidades, como no final do ano, com um diálogo de alto nível Brasil-Alemanha em Berlim. Então, o tema da Amazônia está realmente presente em todas as visitas de ministros da Alemanha e acredito que devemos aproveitar essa oportunidade para aumentar ainda mais a cooperação entre a região, bilateralmente entre Brasil e Alemanha, e também com outros parceiros, como Noruega, Reino Unido, União Europeia e Países Baixos, que estão presentes hoje. Acredito que é um momento muito importante”.

### **Embaixador Rómulo Acurio, Embaixada da República do Peru no Brasil**

O Embaixador discorreu sobre as iniciativas específicas do Peru no setor de empreendimentos de cadeias de valor. Na sua visão, a Declaração de Belém aborda pouco o tema empresarial e como fomentar empresas sustentáveis na Amazônia. “O Peru, sendo um dos países mais megadiversos do mundo, possui setores e indústrias que se beneficiam diretamente ou indiretamente da biodiversidade ou dos serviços ecossistêmicos, tanto na região andina quanto na Amazônia. Empresas focadas na produção, processamento e uso sustentável dos ecossistemas representam uma grande oportunidade para gerar modelos de negócios que beneficiem a população amazônica e as comunidades indígenas”, destacou.

No entanto, segundo ele, a falta de uma estratégia abrangente e apoio ao empreendedorismo na Amazônia é um desafio. Recentemente, o Ministério de Economia e Finanças do Peru estabeleceu uma mesa executiva para a economia amazônica. “Esta mesa é presidida pelo Ministério de Economia e Finanças, com a participação de outros ministérios, da Associação de Exportadores, do principal Grêmio Agrícola do Peru e das Câmaras de Comércio das regiões amazônicas. Essa é uma novidade significativa e um passo importante para enfrentar os desafios econômicos da região”, comentou.

Existem, de acordo com o Embaixador, várias iniciativas em andamento, como o projeto de investimentos de impacto para o uso sustentável da biodiversidade, liderado pelo Ministério do Ambiente, com o apoio da cooperação alemã para o desenvolvimento. “Destaco o estudo dessa cooperação, que identificou 1.317 modelos de negócios amigáveis à biodiversidade, sendo 860 com potencial de investimento. Esses modelos abrangem agricultura orgânica, pesca sustentável, setor florestal, biotecnologia, têxteis sustentáveis e turismo sustentável”.

O Embaixador relatou ainda que o Peru está desenvolvendo diretrizes gerais para eco e bionegócios, um catálogo digital que reúne empresas e empreendimentos sustentáveis, além de feiras de eco e bionegócios em várias cidades da Amazônia peruana. Paralelamente, estão sendo realizados programas de capacitação para o empreendedorismo na Amazônia, incluindo 31 workshops sobre habilidades empresariais para eco e bionegócios em 2023, abordando temas como criação de propostas de valor, formalização, financiamento, inovação, tecnologia, promoção de negócios verdes, estratégias e economia circular.

Apesar de serem programas pontuais, essas iniciativas buscam, conforme o Embaixador, conectar empreendedores amazônicos a modelos de negócios viáveis. “No entanto, é necessário ressaltar que, para um país de médio porte como o Peru, o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis para a Amazônia envolve a promoção da ampliação de



mercados, a luta contra decisões protecionistas de algumas regiões no mundo e o apoio à fiscalização, à rastreabilidade e à certificação de produtos. Coordenação entre países amazônicos e parceiros externos é essencial para atrair investimentos para empreendimentos sustentáveis na região”.

Ele reiterou a importância da Declaração de Belém e do parágrafo relacionado à economia sustentável e cadeias de valor, em particular. “Com a OTCA, podemos promover boas práticas em empreendedorismo. O Peru está interessado em aprender com o Brasil, visitando centros de biotecnologia e apoiando esforços de desenvolvimento sustentável. Para países parceiros, solicitamos apoio no desenvolvimento de modelos de negócios, investimentos em empreendimentos escaláveis, pesquisa em bioeconomia na Amazônia e maior acesso a mercados para produtos sustentáveis da Amazônia”.

### **Angelo Paulo Sales dos Santos, Subchefe da Divisão de Biodiversidade, vinculada ao Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil**

Angelo Paulo Sales destacou que um dos objetivos da Cúpula da Amazônia foi justamente criar uma nova agenda comum de cooperação na Amazônia e, para tanto, fortalecer o papel que a OTCA desempenha no apoio aos seus membros para a implementação de iniciativas e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável na região. “A OTCA tem efetivamente a cooperação no seu DNA, na sua vocação. A nosso ver, é um espaço para partilharmos experiências bem sucedidas”.

Segundo Santos, nós, países da Amazônia, somos detentores de inúmeros aprendizados, nos mais diversos setores, incluindo em áreas de fronteira tecnológica que podem e devem ser compartilhados como forma de alavancar os resultados de nossas ações. “O Brasil, por exemplo, tem muito orgulho de ter dividido com seus vizinhos seus conhecimentos sobre monitoramento, o satélite da Floresta Amazônica”, comentou. “Esse projeto, que teve apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criou sala de observação da cobertura florestal nos oito países amazônicos, treinou centenas de profissionais, criou os primeiros mapas do solo”, lembrou.

Outro exemplo de cooperação para o desenvolvimento sustentável na Amazônia citado por ele é justamente o Observatório Regional Amazônico, que é desenvolvido no âmbito da OTCA. “O ORA foi instalado com recursos provenientes de cooperação Norte-Sul por meio da parceria com o Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha e também da cooperação Sul-Sul”, afirmou. “O Projeto Amazonas Ação Regional na área de recursos hídricos vem sendo implementado com apoio técnico e financeiro da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. A ANA é uma iniciativa que tem como objetivo fortalecer a gestão de recursos hídricos e promover a integração e cooperação técnica no tema entre os membros da OTCA”, acrescentou.

Avançou: “Por meio do Projeto Amazonas, foi criada uma sala de situação de recursos hídricos da Bacia Amazônica e foram igualmente criadas as redes de recursos hídricos de qualidade da água. Essa rede conta com 244 estações de monitoramento ativas. Com isso, e por meio desse projeto, comunidades locais, gestores públicos, pesquisadores passaram a ter acesso a informações atualizadas sobre o nível dos rios, séries históricas, alertas de



secas e enchentes, padrões de qualidade de água, entre outros. E são exemplos de iniciativas de cooperação bilateral Sul-Sul”.

Os resultados, completou, são facilmente verificáveis. “No momento em que a região sofre com uma seca sem precedentes, que afeta a dinâmica de vida de toda a população amazônica, nós podemos entender a importância de termos um mecanismo com esse alcance, que permite, dentre outros dados, uma avaliação em tempo real sobre a disponibilidade de recursos hídricos em toda a região e em situações diversas”. Santos explicou que esse mesmo mecanismo permite, em situações de cheia, emitir alertas para as regiões mais vulneráveis com uma antecedência de três dias.

Na avaliação dele, a cooperação nos permite compartilhar conhecimentos, experiências, promover capacitação e desenvolvimento institucional e ter acesso a recursos indispensáveis à concepção de políticas e programas essenciais para termos um saldo qualitativo de caráter duradouro. “No caso da Amazônia, a cooperação com países de fora da região é importante e necessária, até mesmo em virtude das responsabilidades que os países desenvolvidos possuem na formação e agravamento das crises ambientais contemporâneas. Agora, não podemos perder de vista – e cabe aos países amazônicos liderar – os esforços pela conservação e desenvolvimento sustentável de seus territórios, como destacou o presidente Lula durante a Cúpula da Amazônia”, declarou.

Para Santos, não podemos aceitar um “neocolonialismo verde” que desconsidere os nossos marcos normativos e políticas nacionais. “Precisamos, sim, de financiamento de longo prazo, sem condicionalidades, alinhado com as visões e necessidades expressadas pelos países da região. Portanto, a cooperação para o desenvolvimento sustentável na Amazônia não pode ser uma imposição. Ela deve respeitar as capacidades nacionais e vir em apoio às políticas, aos programas e às medidas delineados por cada país. Observando esses pressupostos, e dentro do marco da solidariedade internacional e do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, o Brasil está aberto à cooperação internacional para a Amazônia”.

### **Adriana Erthal Abdenur, Assessora Especial da Presidência da República do Brasil**

Abdenur abordou o desafiador contexto global no qual se insere esse esforço comum de construção de uma visão da Amazônia para a Amazônia. “A gente vive hoje em dia um contexto de rivalidades geopolíticas e geoeconômicas acirradas, que resultam na eclosão ou na recorrência de conflitos armados, inclusive um que explodiu novamente semana passada, que pode ser também parte de um sintoma do enfraquecimento da governança global”, disse, em referência ao conflito em Gaza.

“Nós enfrentamos a intensificação da mudança no clima, uma verdadeira crise climática [...] E por que eu menciono isso? Porque a lógica por trás do fortalecimento da cooperação e da integração regional nessa parte do mundo tem raiz na própria lógica que deu origem à OTCA, que é uma lógica de cooperação para a sustentabilidade, para a preservação ambiental, mas também é uma lógica segundo a qual as respostas regionais adquirem um peso muito maior. Elas não substituem a governança global, mas para nós ficou mais claro do que nunca que, se nós não juntarmos forças por meio da cooperação, da coordenação e da integração, nós ficaremos cada vez mais vulneráveis”, afirmou.



A Assessora Especial da Presidência da República destacou que o Brasil reconhece que, para além das políticas públicas, a cooperação internacional dentro e fora da região é complemento essencial. E é por isso que o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a implementação efetiva e inclusiva da Declaração de Belém estão entre as grandes prioridades deste governo.

“Outro recorte importante é a cooperação Sul-Sul entre países que detêm florestas tropicais. Então, para além dos países da região que estiveram presentes em Belém, a Cúpula também contou, por exemplo, com a participação da República do Congo, da República Democrática do Congo e da Indonésia. Esses são os países que também detêm grandes áreas de floresta tropical e que também estão desempenhando papéis propositivos dentro das suas próprias regiões e dentro do regime climático e ambiental”, comentou.

Abdenur reforçou que o governo tem interesse em ampliar o recurso, não apenas recursos financeiros, mas também as tecnologias que possibilitem soluções duradouras, inclusive no contexto da transição justa ou, como o Brasil tem definido, da transformação ecológica. “Sozinhos, nós não vamos conseguir implementar essas grandes mudanças que fazem parte do nosso esforço climático e social. Iremos nos encontrar em Brazzaville ao final desse mês, pra começar a aprofundar esse diálogo com outros países e regiões detentoras de florestas tropicais. Isso faz parte de um esforço que é muito natural de países que detêm florestas, de ter um papel mais propositivo nas normas e nas dinâmicas que envolvem os nossos países. São espaços que têm sido muito dominados pelos países que importam produtos florestais. Nós sabemos que toda a cooperação deve ser baseada na confiança e no respeito mútuo, e na construção de responsabilidades comuns, seja na cooperação técnica, na cooperação climática, na cooperação financeira ou na cooperação comercial. Nós temos que olhar, por exemplo, para as cadeias produtivas como fluxos entre países e, portanto, as responsabilidades têm que ser compartilhadas e construídas com confiança”, comentou.

Ainda de acordo com ela, o Fundo Amazônia representa outro exemplo bem sucedido que cria incentivos positivos para a proteção da floresta para o desenvolvimento sustentável, enquanto nós fortalecemos os laços de confiança. “Por isso, esse modelo é tão bem sucedido. Não é apenas os resultados no solo no território. Tem a ver também com a nossa relação política e a nossa vontade de embutir em todas essas relações uma dimensão de diálogo, de alto nível político, que requer justamente essa camada de confiança”.

Dentro da Declaração de Belém, diversos espaços estão sendo criados. Abdenur lembrou que alguns já foram citados e que podem alavancar também novas iniciativas de cooperação, inclusive com países ditos desenvolvidos: o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas, o Painel Técnico Científico Intergovernamental, o Observatório de Mulheres Rurais, o Foro de Cidades Amazônicas. “Surgem novas possibilidades de cooperação que podem ser aproveitadas, inclusive na nossa cooperação Sul-Norte, tanto no plano bilateral quanto no plano trilateral, que também podemos fortalecer. E, finalmente, outra forma de a gente poder cooperar em prol do bem-estar e da preservação ambiental na Amazônia é através do fortalecimento da governança global. Como vocês sabem, o Brasil, a partir do dia 1º de dezembro, vai presidir o G20. E, em 2025, devemos sediar a COP30. Serão grandes marcos na política internacional e serão também ocasiões para a gente fortalecer o que a



gente está tentando fazer dentro da Amazônia. Da mesma forma, é uma grande janela de oportunidade, de ressignificar o lugar da Amazônia no mundo”.

### **Dhanny Arifin, Secretário de Assuntos Econômicos da Embaixada da República da Indonésia no Brasil**

O Secretário enfatizou o quanto a Indonésia está ativamente envolvida na cooperação para a gestão florestal, para que seja melhor, mais eficiente e sustentável. Defendeu uma abordagem comum para enfrentar os desafios de nossas florestas. “Seremos a força motriz por trás da nossa iniciativa global de parceria florestal. A Indonésia está ativamente envolvida em várias iniciativas para a gestão florestal. Valorizamos os esforços conjuntos na forma de cooperação trilateral em florestas tropicais e ação climática, juntamente com o Brasil e o Congo, com a declaração conjunta assinada no evento paralelo da Cúpula do G20 em 2022”.

Arifin explicou que o objetivo desta cooperação é aumentar e fortalecer a colaboração e o papel dos países tropicais em várias negociações sobre questões ambientais, incluindo mecanismos de financiamento sustentável e mudanças climáticas em nível global, considerando que o território florestal desses três países possui algum nível de responsabilidade e direitos para definir a agenda global. “Nesse meio tempo, esses três países compartilham as florestas também com outros países vizinhos. Portanto, é importante cooperar bem com esses países vizinhos, como na região amazônica, onde o Brasil compartilha a floresta, e a Indonésia também compartilha a floresta com alguns países importantes dentro da região da Ásia”.

O Secretário reiterou a importância da cooperação inter-regional. “Dentro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), temos cooperação também na gestão florestal. No passado, enfrentamos o problema da neblina nos países da ASEAN. Em particular, com a Floresta Tropical de Bornéu, temos a iniciativa Coração de Bornéu [...] Estes são alguns dos exemplos em que podemos cooperar. A Indonésia realizou alguns programas que também podem abrir potenciais colaborações, como a reorientação da gestão florestal para ecossistemas florestais sustentáveis”, destacou.

E prosseguiu: “consideramos o princípio da capacidade ambiental em esquemas de utilização florestal, a prevenção da perda de biodiversidade dentro e fora de áreas de conservação, o fortalecimento de novas políticas, e a implementação do desenvolvimento nacional, incorporando equilíbrio econômico e ambiental, políticas afirmativas para o acesso da comunidade à utilização florestal. Estes são os fundamentos do que a Indonésia tem feito nos últimos 6, 7, 10 anos”.

O Secretário finalizou parabenizando o Brasil. “Os próximos anos serão muito importantes para o Brasil como presidente do G20 e também no ano seguinte, sediando a COP, e a Indonésia estará ativamente envolvida nessa grande colaboração”.

### **Fátima Cleide Rodrigues da Silva, Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil**

Fátima Cleide Rodrigues da Silva reforçou que “o Brasil voltou, e voltou num momento muito bom para liderar e mostrar o compromisso do presidente Lula com a Amazônia”.



“Nós, amazônidas, nos enchemos de esperança, e não é à toa, porque temos vivido nos últimos anos desafios imensos em que a participação social foi negada, não apenas na Amazônia, mas principalmente na Amazônia, onde nós tivemos todos os desafios de conviver com crimes que não são apenas ambientais, [...] mas também o crime organizado, que se amplia a cada dia” – inclusive nas reservas florestais e também nas cidades, sobretudo nas periferias, acrescentou.

Segundo ela, a Secretaria-Geral tem buscado ampliar a participação social nas deliberações sobre políticas públicas. “Outro elemento que tem nos preocupado bastante é a questão do financiamento. Porque há grandes dificuldades para chegar a quem de fato precisa, que são as comunidades. Então, o Fundo Amazônia é muito bem-vindo, mas o fato de ter um piso de cinco milhões de reais já impossibilita que associações e cooperativas da Amazônia possam, com todas as suas dificuldades, também de gestão de tecnologia e de organização, acessar o recurso”.

Silva foi adiante, e falou ser necessário que se pense em como alterar estes critérios de financiamento, para que as grandes organizações continuem a acessar o recurso, mas que ele também possa ser acessado por pequenas comunidades e organizações.

Ela disse acreditar que, neste novo momento, apesar das guerras, apesar dos conflitos, temos uma luz, que é esse compromisso e essa disposição de dialogar novamente. “Eu acho que esse é o grande momento. O Brasil voltou, voltou o diálogo e voltou a possibilidade de ampliação da participação social. A participação social é fundamental para que a gente possa ter efetivamente as mudanças que a gente precisa para atingir os nossos objetivos. E a Secretaria-Geral, hoje, tem esse compromisso também com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, passando pela questão da Amazônia, de fortalecer a vida do povo da Amazônia, junto com a questão da proteção das nossas florestas e do nosso ecossistema”.





## **PAINEL 4 - Cooperação internacional pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia: o papel da bioeconomia e da ciência e tecnologia**

### **Danicley Saraiva de Aguiar, Campaigner Sênior do Greenpeace Brasil**

Danicley Saraiva de Aguiar destacou a necessidade de superar a economia da destruição, marcada por um modelo que tem penetrado e destruído territórios como as terras indígenas Apyterewa e Munduruku, áreas também afetadas pela atuação de organizações criminosas.

Segundo ele, não se pode condescender com esse modelo de desenvolvimento. “Esse modelo precisa ser superado. Mas não pode e nem vai ser superado se a gente cair na armadilha das vantagens comparativas. Então, o que vai nos salvar agora é a bioeconomia?”. “A Amazônia não tem outro destino? Nós precisamos pensar. E é importante que a gente pense para não cair nessa ideia de que só tem esse destino. A gente não pode ser um polo de nanotecnologia, por exemplo? Nós temos que vender apenas castanha do Pará? Vamos vender castanha, vender madeira?”. Questionou, portanto, a narrativa de que a Amazônia só poderia ser fonte inesgotável de matéria-primas.

“É urgente superar esse modelo de desenvolvimento, essa economia da destruição, e colocar em seu lugar uma economia capaz de superar a pobreza. Não dá para falar de bioeconomia com quem está com fome e com sede, quem não tem território demarcado. Se vocês querem falar de bioeconomia com os povos indígenas, comecem a demarcar a terra indígena. É preciso superar a pobreza. Depois, é preciso uma economia capaz de respeitar direitos humanos mais básicos. É impossível conviver com o garimpo. O garimpo é um negócio que não convive com nada. E nós estamos aí discutindo o tal do garimpo sustentável. É surreal”, enfatizou.

Por último, Aguiar afirmou que o desafio é ter uma economia que conviva com a floresta. “Nós precisamos de uma estratégia, de um diálogo entre sociedade civil, governo e Estado, capaz de superar essa economia da destruição. E é por isso que no Greenpeace nós temos uma campanha que se chama ‘Amazônia Livre de Garimpo’. A gente não quer discutir garimpo sustentável. Precisa superar o garimpo e colocar no lugar dele uma coisa diferente, uma economia capaz de conviver com a floresta”.

### **Perpétua Almeida, Diretora de Sustentabilidade da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)**

Perpétua Almeida argumentou que a OTCA tem uma importância muito grande “para nós, amazônidas”. “Eu sou de um estado onde a gente experienciou um olhar diferente para a floresta. Nós ousamos, em 1998, salvo engano, falar de Florestania, cidadania na floresta, que é o que a gente espera até hoje”.

Almeida elogiou o trabalho da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), que consegue chegar em lugares distantes. “É muito importante essa parceria com esse outro lado da sociedade, que não é o governo, mas ajuda a chegar onde os governos não chegam. Para isso é importante a parceria, a cooperação, o diálogo. Nos meus mandatos todos, quatro mandatos no parlamento, eu falei o tempo inteiro de florestania, de cidadania na floresta, de sustentabilidade. Eu tive a oportunidade de ser Secretária da Indústria de Defesa, ia fazer essa discussão com os militares, Marinha, Exército, Aeronáutica”, contou.



Segundo Almeida, quando a gente leva a oportunidade para quem está isolado, vê um trabalho acontecendo. “Eu cheguei na ABDI há pouco tempo, no final de março. A ABDI é uma agência do Estado brasileiro que está na estrutura do governo federal, mas é uma empresa. Ela funciona com todas as regras de uma empresa privada, mas tem a responsabilidade de ajudar a implementar as políticas públicas com relação à indústria. E, quando eu cheguei lá, me surpreendeu que a agência que é responsável pelo desenvolvimento da indústria não tivesse discutindo sustentabilidade, que não tivesse discutindo bioindústria. Então, eu disse ‘olha, vamos aqui criar uma diretoria pra gente começar a mergulhar nesse tema, discutir esse tema’”, relatou.

Reiterou que todos sabem a importância da Amazônia, e que ela influencia no clima global. “É por isso que é importante instituições como a ABDI, para buscar soluções inovadoras, para desenvolver a economia do país – e esse desenvolvimento, essa inclusão chegar nos pequenos da Amazônia brasileira, já que ela é um grande reservatório. A Amazônia, como eu disse aqui, é um campo fértil para a gente garantir o desenvolvimento de tecnologias verdes na bioindústria e na geração de energias renováveis”.

Ela reforçou que o desmatamento ilegal é uma ameaça muito grande não só para a biodiversidade, mas também ao sustento de muitas famílias que vivem da bioeconomia e nem sabem que, de onde elas tiram o sustento, pode surgir uma bioindústria. Então, enfatizou a importância de proteção daqueles que vivem da e na floresta. “Por isso a importância de investir em projetos que desenvolvam e implementem tecnologias avançadas e sustentáveis para a defesa ou o monitoramento”.

Almeida concluiu apresentando rapidamente alguns projetos desenvolvidos pela ABDI e se colocou à disposição para desenvolver parcerias.

### **Livia Farias Ferreira de Oliveira, Subsecretária Adjunta de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda**

Livia Farias Ferreira de Oliveira destacou que o Ministério da Fazenda está fortemente engajado na agenda de meio ambiente e clima. “Isso é algo inédito. Eu trabalho nessa agenda de financiamento ao meio ambiente desde 2016, mas era um núcleo muito pequeno e, agora, a gente vê pessoas muito próximas da assessoria do Ministro desenvolvendo planos de transformação ecológica, entre outras coisas, taxonomia, emissão de títulos sustentáveis”, contou. “É uma satisfação poder presenciar essa mudança de cultura dentro dos economistas e financistas que estão no Ministério”.

A Subsecretária Adjunta disse entender e concordar que o financiamento para conservação precisa ser inclusivo. “Isso é uma questão que a gente lida diariamente no âmbito da cooperação internacional, de explicar para os doadores que, para proteger a floresta, a gente precisa proteger quem vive na floresta”. Ela acrescentou que tem discutido muito, no âmbito internacional, a questão da mobilização de recursos privados, mas que a gente não pode esquecer da importância do Estado. Ainda, declarou: “A gente precisa não somente aumentar os recursos para reduzir a desigualdade e aprimorar a conservação, mas também migrar para um sistema que não seja tão predador como o que a gente vive hoje”.

Segundo Oliveira, dentro das fontes de cooperação internacional, na Secretaria de Assuntos Internacionais, o Fundo Verde do Clima é a principal fonte de financiamento, para



mecanismos de canalização de recursos de pagamento por resultado de REDD+. “Então, já teve mais de quinhentos milhões de dólares de desembolso. A gente também trabalha com o Fundo Global para o Meio Ambiente”, prosseguiu. “Projeto monitoramento da cobertura florestal da Região Amazônica, projeto Paisagens Sustentáveis e também o Fundo de Investimento Climático, que tem embaixo dele o Programa de Investimento Florestal”, exemplificou. “E, agora, um programa que o Brasil foi recentemente aprovado, chamado A Natureza, Pessoas e Clima, também voltado para integração muito forte das comunidades tradicionais e povos indígenas”.

Por outro lado, abordou a questão das condicionalidades. “Quando a gente está falando do mecanismo que não é bilateral, que é multilateral, tem essas questões de condicionalidades, que são colocadas por parte da estrutura financeira – e é com a qual a gente tenta, junto com os colegas do Itamaraty, discutir, negociar e adaptar para que isso seja um processo de baixo para cima, e não de cima para baixo”, relatou. “Esse tem sido nosso trabalho recorrente nos fóruns internacionais, nos fundos nos quais a gente tem assento e também nas articulações que a gente faz nas diferentes agendas que a gente permeia”.

Segundo ela, os países da OTCA também acessam esses fundos. “E a gente vê um espaço muito interessante de possibilidade de elaborarmos programas conjuntos, por exemplo”, completando que existem fundos climáticos globais que são postos de liquidez. “Pode ser uma forma de os países se juntarem e desenharem um programa que faça sentido. E que com isso a gente consiga colocar esses recursos em nosso favor. A nossa equipe também é responsável pela trilha financeira do G20. A gente vai ter a oportunidade de dar luz a alguns temas que são um pouco mais delicados, como, por exemplo, esse do financiamento climático, as condicionalidades e também as questões que dificultam, atravancam mesmo o desembolso dos recursos”, adiantou.

Ainda de acordo com Oliveira, em que pese a capacidade limitada desses recursos de resolverem de fato os problemas mais estruturais, a cooperação internacional pode ser pensada de maneira estratégica. Por exemplo, o Ministério da Fazenda tem estudado, junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), medidas para remunerar não só a redução de desmatamento, mas também países que mantêm a floresta em pé.

### **Camila Gramkow, Oficial de Assuntos Econômicos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)**

Camila Gramkow fez uma reflexão a partir da atuação da CEPAL na Amazônia, especificamente da avaliação dos dez anos do Fundo Amazônia. “A CEPAL completou 75 anos de idade e uma dessas áreas a que a gente vem se dedicando é justamente para entender o desenvolvimento sustentável”. Na Amazônia especificamente, a organização produziu uma avaliação do PPCDAm, além de uma avaliação do Fundo Clima, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

Gramkow compartilhou, então, conclusões da avaliação sobre o Fundo Amazônia, da qual participou mais diretamente. “São dois eixos principais aqui”, iniciou.

“O primeiro ponto é a necessidade de acabar com o desmatamento. Uma das coisas que a gente sabe da experiência do Brasil é como o país sabe reduzir o desmatamento. O PPCDAm é um exemplo reconhecido mundialmente. Existe um sistema que funciona, que



já foi feito. Mais do que ter reduzido o desmatamento em 75% em menos de dez anos, foi uma redução do desmatamento concomitante com aumento de renda, concomitante com redução de desigualdades, concomitante com o aumento da produção”, prosseguiu. “O MMA relançou o PPCDAm e tem novas bases sendo construídas”.

Para além da necessidade de zerar o desmatamento, ela defendeu ações de comando e controle, fiscalização e regularização fundiária. “Fortalecer a OTCA, no que diz respeito ao monitoramento e a fiscalização”.

Um segundo ponto, além do desmatamento, seria a questão da necessidade urgente de mudar o modelo de desenvolvimento. “Precisamos conversar sobre construir um outro modelo de desenvolvimento, uma outra forma de fazer uso do território com a floresta em pé, porém, com geração de renda, com atividade econômica, com, vamos colocar assim, prosperidade e decência para as pessoas que habitam esse território”, disse. “E não esquecendo que na Amazônia há mais de 50 milhões de pessoas, não é um território vazio, não é um território pouco ocupado, como muitas pessoas assumem”, acrescentou. Esse novo modelo de desenvolvimento seria baseado na agregação de valor, sem deixar de fora os conhecimentos tradicionais e ancestrais.

“Até que ponto as discussões de transição energética, transição ecológica, transição para economia de baixo carbono podem ser apropriadas ou adaptadas para a realidade da Amazônia?”, questionou.

Com base nisso, Gramkow trouxe novos elementos para discussão no workshop. Um deles diz respeito ao conceito de “Big push”, ou grande impulso para a sustentabilidade. “Precisamos chegar a uma descarbonização completa se queremos falar sério sobre o cumprimento dos compromissos do Acordo de Paris. Essa transformação não é pequena. Ela não é marginal, ela é uma mudança estrutural e profunda. Ela não diz respeito somente aos investimentos em energias renováveis, em energia eólica, energia solar, energia da biomassa, em bioenergia, em mobilidade sustentável, em biocombustíveis, na eletromobilidade, na economia circular. Ela é tudo isso, mas ela é muito mais do que isso”, explicou.

Em outras palavras, seria identificar o que é esse grande impulso e quais seriam as grandes áreas estratégicas para alcançá-lo. “Toda a área de regeneração, de agricultura regenerativa, de recuperação do capital natural, de reflorestamento”, exemplificou.

“Temos visto com muito entusiasmo o potencial aumento do Fundo Amazônia, com novos doadores, novos países entrando e esse grande potencial de replicação”, destacou. Por fim, defendeu que se façam alguns ajustes no próprio fundo, de modo a focar não só na redução do desmatamento, mas também na construção de uma nova visão de modelo econômico pautado na sustentabilidade.

### **Virgílio Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável (FAS)**

Contou que quando tinha 16 anos fez uma viagem, com uma mochila nas costas, de 40 dias pela Amazônia, por terra, de Rondônia, Amazonas, ao Pará, em 1976. Depois, percorreu Maranhão, Belém, Macapá e, há cerca de vinte e um anos, se desligou da USP, onde era professor, para se dedicar a morar na Amazônia.



"A gente está assistindo o avanço da economia dos crimes. Mas, por outro lado, há uma mudança profunda. Eu tive a oportunidade de ser Secretário de Estado por cinco anos, no Amazonas, de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. E uma das coisas que a gente conseguiu construir naquela época foi muito importante. Foi uma narrativa de que a floresta em pé valia mais do que a derrubada. Isso depois virou um mantra que todo mundo passou a repetir, pelo Brasil, e lá fora. No último governo, que terminou no ano passado, a narrativa mudou radicalmente: era 'o meio ambiente atrapalha a gente'", comentou. E seguiu: "Nós somos pobres, porque o meio ambiente não permite asfaltar a BR [rodovia] para Rondônia e assim por diante. Então, eu acho que essa retomada política, da esperança da Amazônia, é muito importante. Nesse contexto, a Cúpula de Belém foi muito importante, um divisor de águas".

Viana relatou que trabalha com a denominada abordagem sistêmica, que inclui medidas para a promoção de todos os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, defendeu o mesmo olhar sistêmico quando se fala em bioeconomia da Amazônia. "Uma lição aprendida também é que a gente tem que evitar os modismos. Então, a gente está na era da bioeconomia. Todo mundo fala sobre a bioeconomia. Eu sinto muito, mas não vai resolver. A bioeconomia não é uma bala de prata, ela não vai resolver sozinha, tem que ser o todo. Se as meninas estiverem sendo estupradas aos seis, sete anos de idade, vai ter bioeconomia? Então, a gente tem que olhar a questão da violência contra a mulher. A gente tem que olhar esse todo, é mais difícil, a frustração pode até aumentar, mas eu acho que esse é o caminho. Essa é a abordagem sistêmica", explicou.

Ainda de acordo com Viana, há outra dimensão, colonialista, por trás do desafio da bioeconomia amazônica. "Por que o Brasil desenvolveu a melhor tecnologia do mundo em eucalipto? O Brasil é o número um do mundo em cana, espécie exótica, café, soja, entre outros.

Por fim, falou sobre educação e ciência: "A gente tem que repensar a educação para a Amazônia. Eu acho que o ponto fundamental é a educação [...] Eu tenho levantado isso no Conselhão (Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável), do presidente Lula. Eu acho que a gente tem que fazer uma Embrapa da Floresta. É essencial", defendeu. "A gente precisa levar o pesquisador onde o problema está, e não fazer pesquisa movida pela curiosidade intelectual dos pesquisadores. É uma mudança profunda na forma de fazer ciência, na forma de fazer tecnologia. É fazer em cima da demanda, e não em cima da curiosidade".

### **Alcineide Piratapuya, graduanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB)**

Natural do Rio Negro, Alcineide Piratapuya disse que acredita muito na força da educação e destacou a importância da diplomacia e da cooperação. "Por que os nossos parentes estão migrando para os municípios?", questionou, contando que cursou uma escola técnica em São Gabriel da Cachoeira. "Famílias inteiras estão migrando para o município, sem nenhuma forma de estrutura financeira, sem nada. Então, a partir disso, há muitos conflitos internos, e questões de vulnerabilidade socioeconômica", relatou.



"Estamos falando sobre bioeconomia. A palavra é muito bonita. Mas a gente já faz bioeconomia há muito tempo. Quando eu entrei na academia, fiquei, 'meu Deus, o que é isso?' E eu comecei a pesquisar e ver que era o que eu fazia no dia a dia lá na minha comunidade", declarou.

### **Inamara Mélo, Coordenadora geral de adaptação à mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**

Inamara Mélo declarou se sentir parte dos atores que precisam ajudar a construir a implementação da Declaração de Belém. "A Amazônia muitas vezes é relacionada às políticas de mitigação, mas as medidas de adaptação e o aumento da resiliência de fato se colocam cada vez mais como algo mais necessário. A gente tem a oportunidade de estar construindo o que pode ser um marco e um avanço importante nesse processo. O governo federal iniciou a elaboração do Plano Clima. Tivemos recentemente a instalação do Comitê Interministerial de Mudança do Clima. E este plano vai trazer tanto as dimensões de mitigação quanto de adaptação e meios de implementação, e vai consolidar toda a agenda climática brasileira por meio desse instrumento para o período de 2024 até 2035", afirmou. Segundo Mélo, a ideia é que, nesse processo, a gente possa construir de fato uma política que tenha a cara do Brasil, que tenha toda a sua diversidade, que tenha toda a grandeza de um país continental, contida em diversos planos na Estratégia Nacional de Mitigação de Adaptação e nos Planos Setoriais. "E, para o Plano Clima de Adaptação, a gente vai ter catorze planos setoriais e eu consigo enxergar a dimensão da questão amazônica em diversos desses planos. Assim, a gente entende hoje a necessidade de trazer o recorte social, a promoção da justiça climática como um viés importante da agenda do clima", destacou. "Não dá para a gente desconhecer a vulnerabilidade socioambiental como um importante agravante para a questão climática. E, por isso, a gente traz para diversos planos a questão amazônica, como o Plano Setorial de Biodiversidade e o Plano Setorial de Povos Indígenas", exemplificou. "Teremos também recursos hídricos, de saúde, segurança alimentar e tantos outros. E eu acho que a gente pode tratar, desde a questão da indústria, a questão, por exemplo, da mobilidade humana decorrente dos desastres climáticos neste plano de adaptação".

De acordo com Mélo, está na hora de ter uma agenda de fato mais robusta, com meios de implementação, com orçamento, buscando soluções mais rápidas para o povo brasileiro e para garantir o enfrentamento dessas questões. "Somando a todos vocês, gostaria também que vocês pudessem trazer a questão amazônica para dentro deste debate da agenda de adaptação climática, e eu me coloco à disposição para fazer vários contatos", concluiu.

### **Danicley Saraiva de Aguiar, Campaigner Sênior do Greenpeace Brasil**

Danicley Saraiva de Aguiar afirmou que "sem ciência e tecnologia não haverá saída para a Amazônia, nem a Amazônia peruana, nem a Amazônia brasileira, nem a Amazônia de ninguém". Citou duas universidades de referência na região, a UFAM (Universidade Federal do Amazonas) e a UFPA (Universidade Federal do Pará), para frisar que as duas juntas não somam o orçamento da USP (Universidade de São Paulo). "O orçamento da UFPA é de 1,5 bilhão de reais. O orçamento da UFAM é de 700 milhões de reais. O orçamento da USP é de 7,5 bilhões de reais. Não dá pra falar de desenvolvimento de novo modelo nesses patamares. [...] A Universidade do Amapá tem algo em torno de 220 milhões de orçamento.



Contudo, ela possui apenas 1% desses 220 milhões em capacidade discricionária para investir em pesquisa, por exemplo. O resto [do orçamento] é alocado para pessoal e custeio”.

Para Aguiar, a Declaração de Belém tem um peso. “Ela precisa ser implementada. Porque se ela não for implementada, ela frustra a próxima geração, e não há mais espaço para frustrar as gerações seguidamente na Amazônia. Então, a Declaração de Belém é, sem dúvida nenhuma, um novo ponto de partida, uma nova oportunidade para os estados amazônicos e para a sociedade civil amazônica, de corrigir as frustrações e os erros do passado”.

### **Virgílio Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável (FAS)**

Virgílio Viana destacou que a Declaração de Belém é, sem dúvida, um novo ponto de partida, uma nova oportunidade para os estados amazônicos e para a sociedade civil amazônica corrigirem as frustrações e os erros do passado. “Eu acho importante a gente levar essa mensagem”, disse. “Só que tem um detalhe. Não é apenas uma questão de orçamento, é uma mudança de paradigma. A Universidade tem que mudar. Não é só pegar o orçamento e multiplicar por duas, por três ou quatro vezes. Ela [a Universidade] está no caminho errado, ela precisa ir à busca de solução de problemas práticos”, complementou.

### **Francisco Pereira, Assessor institucional de Relações Institucionais da Presidência**

Natural do interior do Ceará, Francisco Pereira relatou que a última região que não conhecia do Brasil era a região amazônica. Foi para Belém, na Cúpula e, ao conversar com as pessoas, identificou muitos velhos problemas e desafios que via no interior cearense. “Esses novos projetos têm que ter um significado real para a população, para o povo que está ali no dia a dia dos projetos locais”. Ele disse ser preciso chamar a academia, as universidades, as organizações que atuam no território para pensar como trabalhar esses novos projetos e como eles vão chegar na comunidade. “Esse é o desafio que a gente tem, mais à frente do que propriamente pensar um novo modelo de desenvolvimento”.

Comentou a reconstrução institucional em curso no país, principalmente com o aporte dos governos locais e com a União, importante para repensar também esse modelo de desenvolvimento para os territórios amazônicos. Contou que na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência há algumas inovações importantes, como o próprio Conselho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. E que o desafio do território também tem sido pensado nos diferentes Ministérios e órgãos do governo.

Pereira disse ser importante, ainda, pensar em centros educacionais no território amazônico, aliados a projetos de desenvolvimento. “E universidades que tragam também essa ideia de integração dos países vizinhos”, completou, citando o exemplo da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), em Foz do Iguaçu, no Paraná. Outra reflexão trazida por ele foi em relação ao novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento): “Eu acho que é uma oportunidade para a gente pensar esse novo desenvolvimento tão colocado aqui pelas colegas, do território amazônico. Esses vão ser os mesmos projetos de antes, vão ser novos projetos, como é que a bioeconomia vê o PAC?”,



perguntou. “É algo para se pensar junto. Como é que vão chegar lá na ponta esses novos projetos implementados pelo governo atual? É um esforço de unir esses atores para pensarmos o desenvolvimento”.





## **ENCERRAMENTO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Maiara Folly, Diretora-executiva da Plataforma CIPÓ**

Maiara Folly destacou que a participação social e a dimensão humana da estratégia de desenvolvimento sustentável para a Amazônia foram aspectos destacados por quase todos e todas as palestrantes ao longo do workshop. O encontro também enfatizou “que não se pode pensar só nos povos indígenas e comunidades tradicionais do ponto de vista da participação, mas também do ponto de vista da agência, da produção de soluções, tanto na proteção de seus territórios, como na construção de alternativas econômicas”.

A Diretora da CIPÓ também reforçou a importância de se elevar o peso político da Declaração de Belém, inclusive por meio da inclusão dos compromissos acordados nas declarações e nas atuações dos Estados-membros da OTCA em fóruns multilaterais, como a ONU e a Conferência das Partes sobre Clima, as COPs.

Folly colocou a Plataforma CIPÓ à disposição da OTCA, dos países-membros e de todas as organizações que participaram do workshop para agir em prol da implementação da Declaração de Belém, de modo a garantir que gerações futuras não fiquem frustradas. “Temos uma declaração. São cento e treze parágrafos. Precisamos pensar em metas concretas, para não chegarmos daqui a dez anos tentando negociar uma outra declaração sem que nada tenha avançado desde Belém”.

Folly concluiu afirmando que o workshop foi um exercício inicial muito importante no sentido de começar a entender o que é prioritário para cada país-membro da OTCA. O passo seguinte seria, então, a etapa de implementação da Declaração de Belém para que se evite o ponto de não retorno do bioma e se garanta o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

### **María Alexandra Moreira López, Secretária-Geral da OTCA**

María Alexandra Moreira López reconheceu que muitas das falas do workshop deixaram transparecer um sentimento de frustração e até mesmo de impotência. No entanto, “é essencial que esses sentimentos não nos paralisem”. A Secretária-Geral enalteceu o envolvimento de múltiplos atores de governos, da sociedade civil, da academia e do setor privado durante o evento, o que permitiu a apresentação de propostas e modelos que podem ser implementados por meio de políticas públicas em benefício da região amazônica.

Ela também mencionou a importância do fortalecimento da governança global para que a cooperação internacional e a integração regional sejam ressignificadas apesar de um contexto global complexo, marcado por uma série de guerras com repercussões ao redor do mundo. “Tenho tido o privilégio de liderar esta organização nos últimos anos e realmente acredito na cooperação e na integração regional. E acredito que se os oito países amazônicos efetivamente se engajarem em nível de sua sociedade civil, em nível da gestão pública, em nível de seu empresariado, em nível de vários atores, cientistas, pesquisadores e acadêmicos, representantes dos povos indígenas e da comunidade que habita nossa região amazônica, podemos gerar um modelo que possa contribuir para a construção dessa governança global multinível”, declarou.



López discorreu, ainda, sobre a importância da Declaração de Belém e de medidas como o estabelecimento de um centro para cooperação em matéria jurídica e policial, que era um tema antes discutido no âmbito da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e que agora está se tornando parte da agenda de cooperação amazônica. Isso demonstra, de acordo com ela, que não temos apenas vontade política, mas também ações que serão concretizadas na prática.

López se referiu ao workshop como uma iniciativa de extrema importância, uma vez que antes da Cúpula de Belém o mandato da OTCA tinha como foco a cooperação nacional e a nível governamental. "Hoje, após quase exatamente dois meses [desde a Cúpula], estamos nos reunindo como sociedade civil, com diferentes instituições e com representantes dos oito países amazônicos".

A Secretária-Geral também destacou o caráter operacional da grande maioria dos parágrafos da Declaração de Belém, que demonstram a forte necessidade de ação conjunta por parte não só da OTCA e de seus Estados-membros, mas também da sociedade civil e da academia.

López concluiu suas considerações finais abordando os temas da identidade amazônica e do financiamento, destacando que apesar dos desafios que a Amazônia enfrenta, os seus países são definidos como de renda média, o que gera empecilhos no que diz respeito ao acesso à financiamento. "A Amazônia não é de renda média", o que demonstra a necessidade de construção de uma narrativa que deixe explícita a necessidade de fortalecimento do financiamento para que a região consiga cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.





## PALESTRANTES E DEBATEDORES

**Adriana Erthal Abdenur**, Assessora Especial do Presidente da República do Brasil

**Alcilene Magalhães Cardoso**, Coordenadora Regional Baixo Amazonas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

**Alcineide Piratapuya**, graduanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB)

**Angelo Paulo Sales dos Santos**, Subchefe da Divisão de Biodiversidade, vinculada ao Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

**Camila Gramkow**, Oficial de Assuntos Econômicos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

**Ceição Pitaguary**, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas

**Danicley Saraiva de Aguiar**, Campaigner Sênior do Greenpeace Brasil

**Dhanny Arifin**, Secretário de Assuntos Econômicos da Embaixada da República da Indonésia no Brasil

**Embaixador Carlos Alberto Velástegui**, Embaixada da República do Equador no Brasil

**Embaixador Carlos Alfredo Lazary**, Diretor-executivo da OTCA

**Embaixador Rómulo Acurio**, Embaixada da República do Peru no Brasil

**Embaixadora Angeladebie Ramkisoen**, Embaixada da República do Suriname no Brasil

**Fátima Cleide Rodrigues da Silva**, Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil

**Fernanda Carvalho**, Global Policy Lead, Climate and Energy Practice do WWF

**Francisco Pereira**, Assessor Internacional da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

**Franziska Tröger**, Primeira-secretária para o Desenvolvimento Sustentável e Florestas da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil

**Lívia Farias Ferreira de Oliveira**, Subsecretária Adjunta de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda

**Maiara Folly**, Diretora-executiva da Plataforma CIPÓ

**Marcelo Sálvio Rezende Vieira**, Diretor Substituto da Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal

**María Alexandra Moreira López**, Secretária-Geral da OTCA

**Mauro Ruffino**, Coordenador do Observatório Regional Amazônico e do Projeto Bioamazônia da SP/OTCA

**Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios Horacio Villegas Pardo**, Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia no Brasil

**Ministro Conselheiro Efrén Martín**, Embaixada da República Bolivariana da Venezuela no Brasil

**Ministro Conselheiro Ricardo Alfredo Montenegro Coral**, Embaixada da República da Colômbia no Brasil

**Ministro Jean-Pierre Bou**, Chefe de Delegação Adjunto da União Europeia no Brasil

**Ministro João Marcelo Galvão de Queiroz**, Diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

**Paulo Amaral**, Pesquisador Associado do Imazon

**Perpétua Almeida**, Diretora de Sustentabilidade da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

**Rafael da Silva Rocha**, Procurador da República no Ministério Público Federal



**Rodrigo Agostinho**, *Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)*

**Virgílio Viana**, *Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável (FAS)*



*Adriana Erthal Abdenur*



*Alcilene Magalhães  
Cardoso*



*Alcineide Piratapuya*



*Angelo Paulo Sales  
dos Santos*



*Camila Gramkow*



*Ceíça Pitaguary*



*Danicley Saraiva  
de Aguiar*



*Dhanny Arifin*



*Embaixador Carlos  
Alberto Velástegui*



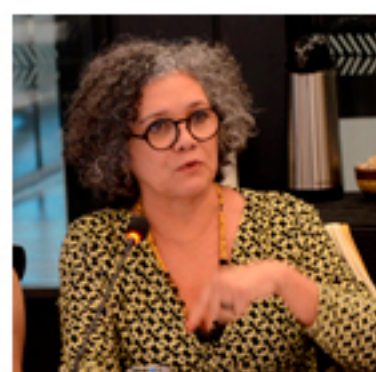
*Embaixador  
Carlos Lazary*



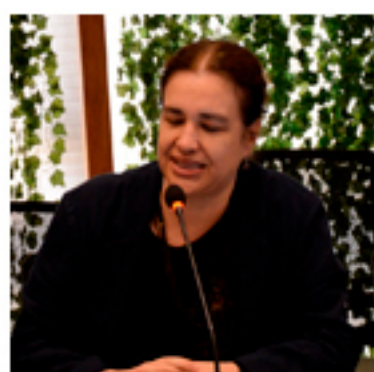
*Embaixador  
Rómulo Acurio*



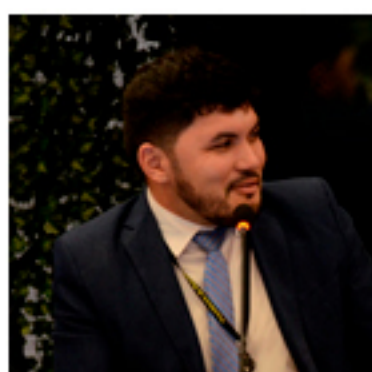
*Embaixadora  
Angeladebie Ramkisoen*



*Fátima Cleide  
Rodrigues da Silva*



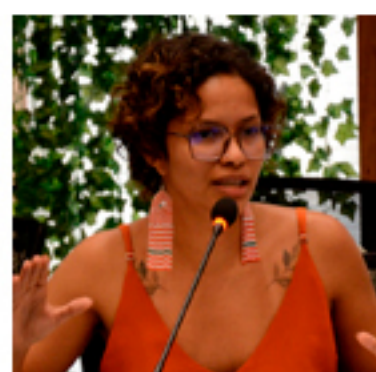
*Fernanda Carvalho*



*Francisco Pereira*



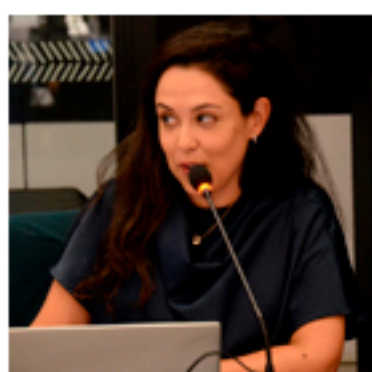
*Franziska Tröger*



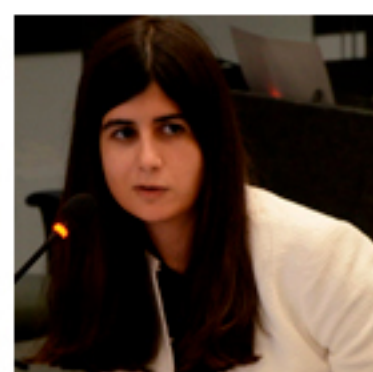
*Hanna Balieiro*



*Inamara Mélo*



*Lívia Farias Ferreira  
de Oliveira*



*Maiara Folly*





*Marcelo Sálvio  
Rezende Vieira*



*María Alexandra  
Moreira López*



*Mauro Ruffino*



**Ministro Conseheiro**  
*Horacio Villegas Pardo*



**Ministro Conseheiro**  
*Efrén Martín*



**Ministro Conseheiro**  
*Ricardo Alfredo  
Montenegro Coral*



**Ministro**  
*Jean-Pierre Bou*



**Ministro**  
*João Marcelo Galvão  
de Queiroz*



*Paulo Amaral*



*Perpétua Almeida*



*Rafael da Silva Rocha*



*Rodrigo Agostinho*



*Virgílio Viana*



## **PARTICIPANTES**

**Ana Díaz**, Primeira Secretária da Embaixada da República do Equador no Brasil

**Angélica Garcia**, Secretária-Executiva da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG)

**Augusto Ribeiro**, Plataforma CIPÓ

**Beatriz Barros Aydos**, Oficial de Programa Brasil da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)

**Beatriz Narita**, Coordenadora de Parcerias e Câmaras Setoriais do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

**Consuelo Espinoza**, Coordenadora Regional de Programas da UICN para América do Sul

**Camila Amorim Jardim**, Especialista em Política Climática do Greenpeace Brasil

**Camyla Ferreira**, Assistente Técnica da OTCA

**Daniela Lerda**, Fundação Nia Tero

**Daniel Bergamo**, Gerente de Financiamento Climático Internacional da Embaixada do Reino Unido no Brasil

**Eduardo Zanatta**, Vereador do Município de Balneário Camboriú

**Ficença Eliza**, Primeira Secretária da Embaixada do Suriname

**Gabriel Quijandria**, Diretor regional para América do Sul IUCN

**Geórgia Silva Franco**, Coordenadora de Gestão do Conhecimento da Fundação Amazônia Sustentável

**Gustavo Buttes**, Assessor do Departamento da América do Sul no Ministério das Relações Exteriores do Brasil

**Hanna Balieiro**, Diretora-executiva do Instituto Mapeguari

**Hugo Mariz**, Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

**Iara Menezes**, Oficial para Florestas e Comunidades da Embaixada do Reino Unido no Brasil

**Inamara Mélo**, Coordenadora geral de adaptação à mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

**João Cumarú**, Pesquisador Pleno da Plataforma CIPÓ

**Julia de Souza Borba**, Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Leandro Correia Freitas**, Assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Marcelo Montenegro**, Coordenador de Programas e Projetos da Fundação Heinrich Böll no Brasil

**Mariama Diallo**, Oficial de Políticas - Delegação da União Europeia

**Mariana Franco**, Coordenadora de Comunicação da Plataforma CIPÓ

**Mariana Rondon**, Diretora de Programas da Plataforma CIPÓ

**Melissa Sendic**, Líder de Programas da CLUA Brasil

**Nathalie Gonçalves Aurélio**, Segunda Secretária para Assuntos Econômicos e Diplomacia Climática da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Brasília

**Pedro Silva Barros**, Coordenador de Integração Regional do IPEA

**Priscila Mantelatto**, Coordenadora de Comunicação do Imaflora

**Rosali Scalabrin**, Instituto de Mulheres da Amazônia

**Vanessa Duarte**, Diretora Executiva do Consórcio da Amazônia

**Vedis Vik**, Enviada para Clima e Florestas, Embaixada da Noruega em Brasília

**Viviana Porto**, Pesquisadora Plena da Plataforma CIPÓ